

BÁRBARA TAVARES DE PAULA

**COPRODUÇÃO DO BEM PÚBLICO POR MEIO DE PRÁTICAS DE
INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO (ISP)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Evandro Rodrigues de Faria

Coorientadora: Fernanda Cristina da Silva

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

P324c
2023 Paula, Bárbara Tavares de, 1998-
Coprodução do bem público por meio de práticas de
Investimento Social Privado (ISP) / Bárbara Tavares de Paula. –
Viçosa, MG, 2023.

1 dissertação eletrônica (88 f.): il.

Inclui apêndice.

Orientador: Evandro Rodrigues de Faria.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Administração e Contabilidade, 2023.

Referências bibliográficas: f. 82-86.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.091>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Empresas - Aspectos sociais. 2. Fundo de investimento
social. 3. Administração pública. I. Faria, Evandro Rodrigues de,
1984-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
Administração e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em
Administração. III. Título.

CDD 22. ed. 361.25


BÁRBARA TAVARES DE PAULA

**COPRODUÇÃO DO BEM PÚBLICO POR MEIO DE PRÁTICAS DE
INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO (ISP)**


Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 27 de fevereiro de 2023.

Assentimento:

Documento assinado digitalmente
 BARBARA TAVARES DE PAULA
Data: 07/03/2023 12:31:23-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Bárbara Tavares de Paula
Autora

Documento assinado digitalmente
 EVANDRO RODRIGUES DE FARIA
Data: 07/03/2023 12:17:55-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Evandro Rodrigues de Faria
Orientador

AGRADECIMENTOS

A Deus, que é meu suporte, que me guia, ampara e auxilia, que ilumina meu caminho e que é soberanamente justo e bom.

Aos meus pais, Patrícia e Bedeu, que sempre me apoiaram incondicionalmente em tudo que já me propus a fazer, que sempre torceram por mim e estiveram presentes em todas as minhas dificuldades e conquistas, que nunca mediram esforços para me fornecerem tudo que já precisei ou quis, e que sempre me ensinaram quais são as coisas importantes na vida.

Aos meus irmãos, Pamella e Fred, que são dos maiores exemplos de estudo, trabalho duro, esforço e garra, que tornam minha vida melhor e que, apesar da distância, são presentes em meus pensamentos e em meu coração todos os segundos.

Ao meu namorado, Kaio, que me serve de apoio e que dá brilho aos meus momentos, que torna meus planos melhores e que me faz tão feliz, todos os dias.

À minha avó, Mercês, aos meus tios, Daniel e Ana Paula, aos meus cunhados, Barboza e Wesley, ao meu sobrinho, Pedro, e a toda a minha família, que me alegram, que me fazem mais feliz, que me servem de suporte em todos os momentos, que fazem eu me sentir amada e acolhida e que sempre me inspiraram.

À família e aos amigos que Viçosa me deu, que foram o que me manteve bem por todos esses anos de graduação e pós-graduação.

Aos meus orientadores, Evandro e Fernanda, que, indiscutivelmente, foram a razão de eu querer e gostar do Mestrado, além de sempre terem sido amigos e exemplos para mim.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de viver o lema das Quatro Pilastras: estudar, saber, agir e vencer, os quais levarei por toda a vida.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos. O presente trabalho foi realizado com apoio da CAPES – Código de Financiamento 001.

E, por fim, a tudo que me alegra e me motiva, fazendo-me continuar sorrindo por todo o caminho.

RESUMO

PAULA, Bárbara Tavares de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2023. **Coprodução do bem público por meio de práticas de Investimento Social Privado (ISP)**. Orientador: Evandro Rodrigues de Faria. Coorientadora: Fernanda Cristina da Silva.

A dissertação tem como objetivo compreender como se dá a participação da iniciativa privada, por meio de práticas de Investimento Social Privado (ISP), na coprodução do bem público. Nesse contexto, considerou-se o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) como uma referência para o tema, pois ele que inicia o debate acerca das práticas de ISP na década de 1990 e que o trouxe para a agenda do setor privado de forma planejada e formal, definindo sua abrangência e conceituação. Além disso, discute-se no trabalho o potencial de contribuição do ISP para a coprodução do bem público, considerando-se que o ISP se propõe ser uma forma de investimento da iniciativa privada em projetos sociais de interesse público. Para isso, em termos estruturais, o trabalho foi dividido em três artigos. O primeiro artigo teve o objetivo de investigar o estudo do ISP na literatura acadêmica nacional, por meio de uma revisão bibliográfica sistemática (RBS) conforme roteiro de Conforto, Amaral e Silva (2011), o RBS *Roadmap*. A análise bibliográfica evidenciou diferenças de posicionamento em relação às potencialidades do ISP como forma de se suprir demandas sociais, estabelecendo um debate a respeito da inserção da iniciativa privada na esfera pública e a supervalorização do privado em relação ao público. O segundo artigo teve como objetivo descrever como as organizações investidoras associadas ao GIFE abordam o ISP. Para isso, foi realizada uma pesquisa documental, que teve como dados os relatórios de atividades do ano de 2019 dos associados GIFE. Para a análise dos dados, utilizou-se o método de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), tendo sido construídas cinco categorias analíticas, sendo elas (i) a origem de recursos, (ii) a forma de atuação da organização investidora, (iii) a finalidade do investimento, (iv) a participação social, e (v) a *accountability*. Já o terceiro artigo teve como objetivo compreender como o ISP é realizado pelas organizações e qual seu potencial de contribuição para a coprodução do bem público. Para isso, foram realizadas entrevistas com organizações associadas ao GIFE para entender o processo de escolha do(s) projeto(s) beneficiado(s) pelo investimento realizado e se eles estão alinhados com as demandas sociais. A análise dos dados foi realizada a partir do método de Análise de Conteúdo, assim como no segundo artigo, e as categorias analíticas foram as mesmas. Dessa forma, foi verificado que as organizações investidoras se empenham em observar os interesses públicos locais ao selecionarem seus projetos beneficiados, visando atender às necessidades da comunidade, ainda que de forma

alinhada aos objetivos próprios da organização mantenedora. Concluiu-se que, a partir dos investimentos sociais realizados e da nova forma de se pensar o papel social das empresas privadas, bem como os modos que o governo encontrou de incentivar o investimento social, as organizações participam cada vez mais da dinâmica de promoção do desenvolvimento e bem-estar social das comunidades onde estão inseridas.

Palavras-chave: Investimento Social Privado. Coprodução do bem público. GIFE. Relatórios de atividades. Interesse público.

ABSTRACT

PAULA, Bárbara Tavares de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2023. **Coprodução do bem público por meio de práticas de Investimento Social Privado (ISP)**. Adviser: Evandro Rodrigues de Faria. Co-adviser: Fernanda Cristina da Silva.

The dissertation aims to understand how the private sector participates, through Private Social Investment (PSI) practices, in the co-production of the public good. In this context, the Group of Institutes, Foundations and Companies (GIFE) was considered as a reference for the subject, as it initiated the debate about PSI practices in the 1990s and brought it to the agenda of the private sector in a planned and formal way, defining its scope and conceptualization. In addition, the work discusses the PSI's potential contribution to the co-production of the public good, considering that the PSI proposes to be a form of investment by the private sector in social projects of public interest. For this, in structural terms, the work was divided into three scientific articles. The first article aimed to investigate the study of PSI in the Brazilian academic literature, through a systematic bibliographic review (RBS) according to the script by Conforto, Amaral e Silva (2011), the RBS Roadmap. The bibliographical analysis showed differences in positioning in relation to the potential of the PSI as a way of meeting social demands, establishing a debate about the insertion of the private initiative in the public sphere and the overvaluation of the private in relation to the public. The second article aimed to describe how investor organizations associated with GIFE approach the PSI. For this, documentary research was carried out, which had as data the activity reports for the year 2019 of the GIFE members. For data analysis, the Content Analysis method described by Bardin (2011) was used, with five analytical categories being constructed, namely (i) the origin of funds, (ii) the way in which the investing organization operates, (iii) the purpose of the investment, (iv) social participation, and (v) accountability. The third article aimed to understand how the PSI is carried out by companies and what is its potential contribution to the co-production of the public good. For this, interviews were conducted with organizations associated with GIFE to understand the process of choosing the project(s) benefited by the investment made and whether they are aligned with social demands. Data analysis was performed using the Content Analysis method, as in the second article, and the analytical categories were the same. In this way, it was verified that the investing organizations try to observe the local public interests when selecting their benefited projects, aiming to meet the needs of the community, although in line with the objectives of the sponsoring organization. It was concluded that, based on the social investments made and the new way of thinking about

the social role of private companies, as well as the ways that the government found to encourage social investment, organizations increasingly participate in the dynamics of promoting development and social well-being of the communities where they operate.

Keywords: Private Social Investment. Co-production of the public good. GIFE. Activity reports. Public interest.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL.....	10
ARTIGO 1 – INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO (ISP): UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA	17
1 INTRODUÇÃO.....	17
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
3 INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM ADMINISTRAÇÃO.....	22
3.1 Análise geral dos artigos selecionados	32
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
ARTIGO 2 – O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO (ISP) EM RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES INVESTIDORAS.....	36
1 INTRODUÇÃO.....	36
2 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	39
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	42
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	44
4.1 Análises gerais das organizações investidoras	44
4.2 Análises categóricas dos relatórios de atividades das organizações investidoras	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
ARTIGO 3 – COPRODUÇÃO DO BEM PÚBLICO POR MEIO DE PRÁTICAS DE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO (ISP)	57
1 INTRODUÇÃO.....	57
2 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	59
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	61
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	64
4.1 Análise geral das organizações entrevistadas	64
4.2 Coprodução do bem público e o Investimento Social Privado.....	65

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
CONCLUSÃO GERAL.....	80
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	87

INTRODUÇÃO GERAL

Com o processo de redemocratização brasileira, iniciado na década de 1980, o papel social das empresas privadas passou a ser questionado. A descentralização da gestão das políticas sociais, modificando o papel do Estado originariamente responsável por suprir as demandas sociais da população, tornou possível a inserção de novos atores nesta dinâmica (PERRET; JUNQUEIRA, 2011). Tal processo incluiu, de forma solidária, o Terceiro Setor e, mais recentemente, o setor privado na manutenção do bem-estar social, papel que anteriormente cabia, majoritariamente, ao Estado.

O denominado Terceiro Setor, composto por organizações privadas sem fins lucrativos, ainda é foco de muitas divergências quanto ao seu caráter de setor independente, alternadamente ao setor privado e governamental. Segundo Schommer (2000, p. 152), elas representam bem “o paradigma de organizações pós-modernas, na medida em que misturam elementos de solidariedade e competitividade, recursos financeiros provenientes de diferentes fontes, interesses e agentes diversos, por vezes irreconciliáveis [...]”, além da coexistência do caráter voluntário e empregatício. Podem ser parte do terceiro setor as fundações, instituições filantrópicas, associações de diversas naturezas, organizações não governamentais, dentre outras.

Entretanto, há discussões acerca do risco de apropriação do terceiro setor pelo mercado, ou seja, a mercantilização da lógica assistencialista, filantrópica, voluntária e sem fins lucrativos que o definem, uma vez que termos como eficiência, eficácia, gestão e competitividade são cada vez mais incorporados às suas práticas. Como afirma Schommer (2000, p. 153) “o setor deve ser competitivo, mas se competitivo demais pode ser descaracterizado”; e este, em busca de recursos, compreende a necessidade de aumentar sua geração de receitas através da prestação de serviços tornando-se, assim, mais competitivo do que deveria e, dessa forma, mais próximo à economia de mercado.

Este caráter social do terceiro setor constituído em torno de um forte sentido de missão, apesar de questionado, tem sido incorporado ao setor privado, a partir das discussões emergentes quanto ao papel social das empresas privadas. Estas assumem posição ativa frente à necessidade do governo de auxílio no suprimento de demandas sociais crescentes. Algumas delas constituem um departamento específico dentro da própria empresa para atuarem de forma direta na resolução de problemas sociais, outras constituem suas próprias fundações ou institutos, enquanto outras optam pela forma indireta, através da promoção de parcerias com

empresas ou organizações do terceiro setor (BORGES; MIRANDA; VALADÃO JÚNIOR, 2007).

O setor privado, portanto, pode se tornar promotor de importantes ações sociais e ativo no apoio a políticas que visem ao bem comum, principalmente por sua grande capacidade econômica de investimento e devido à regularidade de tais ações. Segundo Perret, Junqueira e Ferreira (2011), a atuação de empresas, seja de forma indireta, através de doações ou patrocínios, ou de forma direta, através de projetos próprios ou por suas fundações ou institutos, não deve ser subestimada, uma vez que são detentoras de representatividade econômica e poder de mobilização.

Na busca por desempenhar este importante papel na comunidade e participar ativamente da promoção do bem-estar social, fundou-se o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS). Tais organizações sem fins lucrativos criaram e suscitaram o debate acerca das práticas de Investimento Social Privado (ISP) e o trouxeram para a agenda do setor privado de forma planejada e formal, além de definirem sua abrangência e conceituação, diferenciando-o de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) devido, principalmente, ao seu foco exclusivo na comunidade.

A definição de Investimento Social Privado (ISP), segundo Nogueira e Schommer (2009), reúne três aspectos fundamentais, sendo eles a origem de recursos que deve ser privada e voluntária, diferentemente de investimentos de origem compulsória; a forma de atuação planejada, monitorada e sistemática, como definido pelo GIFE, que, diferentemente de práticas voluntaristas e caritativas tidas como ineficientes, busca resultados; e a finalidade que deve ser, exclusivamente, projetos sociais de interesse público, sem vieses de interesses privados da organização investidora.

Entretanto, são questionados os reais motivadores da ação empresarial nesse campo, visto que investir no social pode trazer como retorno para a empresa investidora a obtenção de vantagens competitivas (SCHOMMER, 2000), o que não cumpriria o aspecto da finalidade. Ademais, tal prática pode ser motivada por fundamentação religiosa ou moral, por orientação da matriz no caso de empresas multinacionais – deixando de ser voluntária – por visão estratégica de sobrevivência no longo prazo – não cumprindo também o aspecto da finalidade – ou por demais motivos que estariam em conflito com os aspectos fundamentais do Investimento Social Privado (ISP). Tais características e motivações, portanto, trazem um novo debate acerca do que seria de interesse público e a partir da visão de qual ator social que este interesse é determinado.

Assim, tem-se como objetivo a convergência de interesses distintos em prol do bem comum e, conseqüentemente, criação de um ambiente de coprodução do bem público (TOMBI; SALM; MENEGASSO, 2006), em que as demandas sociais são atendidas e as desigualdades sociais são minimizadas. No entanto, acredita-se ser primordial a implementação eficiente de mecanismos que possibilitem a participação e transparência na gestão, a fim de reduzir a assimetria informacional existente entre os diferentes atores sociais.

A coprodução do bem público é, portanto, uma participação combinada do poder público e da comunidade na definição de necessidades e estabelecimento de metas para o suprimento das demandas sociais em relação aos serviços públicos que recebem (BRUDNEY; ENGLAND, 1983). Tendo sido desenvolvido no final da década de 1970, o conceito de coprodução envolve os diversos segmentos, interesses e recursos da comunidade na produção de serviços públicos, inclusive a iniciativa privada. Seu objetivo é, também, solucionar problemas sociais de interesse público cuja ação isolada do Estado seria incapaz de resolver (NADIR JÚNIOR; SALM; MENEGASSO, 2008).

O Investimento Social Privado (ISP) pode ser, portanto, um meio de financiamento para o fortalecimento da coprodução do bem público. Através de suas práticas, a iniciativa privada pode colaborar de forma direta na coprodução do bem público, sendo um ator importante no suprimento de demandas sociais que, por sua vez, são definidas pela própria comunidade articulada e participativa.

Um exemplo disso é o valor de R\$ 3,25 bilhões investidos pelos associados GIFE em projetos sociais no ano de 2018, segundo o Censo GIFE desse mesmo ano (GIFE, 2018). Outro exemplo é o valor investido pelos associados da rede BISC - *Benchmarking* do Investimento Social Corporativo – no ano de 2019, com um total de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões, sendo que 47% (o que corresponde a aproximadamente R\$ 1,1 bilhão) foi destinado a projetos da área de educação (COMUNITAS, 2020). Portanto, apesar de não ser o foco do trabalho, debate-se que o ISP pode ser uma forma de ajudar no desenvolvimento e na mudança da relação entre Estado e sociedade, transferindo o foco excessivo na eficiência para a promoção do interesse público.

Nesse contexto, tem-se como objetivo principal deste estudo **compreender como se dá a participação da iniciativa privada, por meio de práticas de Investimento Social Privado (ISP), na coprodução do bem público**. Ressalta-se a existência de trabalhos sobre Investimento Social Privado e sobre a coprodução do bem público, como os de Schommer (2000), Nogueira e Schommer (2009), Milani Filho (2008), Andion *et al.* (2010), Andion

(2012), Perret, Junqueira e Ferreira (2011), Tombi, Salm e Menegasso (2006), Schommer, Nunes e Moraes (2012), Gentil e Ferreira (2019), Mendonça e Santos (2020), dentre outros.

No entanto, tais trabalhos, além de serem pouco numerosos frente ao universo do tema, deixam lacunas a serem preenchidas em relação, por exemplo, ao potencial de contribuição das práticas de Investimento Social Privado na coprodução do bem público, além da exploração da relação entre iniciativa privada e o setor público na promoção do bem-estar social.

O estudo do tema Investimento Social Privado (ISP) é recente, visto que o conceito foi criado na década de 1990 e, apesar de já estar consolidado como prática empresarial dentro da noção de responsabilidade social empresarial, ainda é pouco explorado na academia. Andion *et al.* (2010), que também buscaram uma relação entre Investimento Social Privado e coprodução do bem público, afirmam que poucos trabalhos sobre o ISP avançam no debate sobre seus impactos na esfera pública, o que torna essa pesquisa ainda mais relevante. Apesar de os autores terem afirmado isso em 2010, ainda não há muitos artigos que abordem o tema, evidenciando que pouco se avançou na academia desde então.

Outro fator importante mostrado por esses autores é a falta de articulação entre as organizações investidoras e a comunidade, que seria o público-alvo, evidenciando a necessidade de fortalecimento da dimensão política do ISP. No entanto, tanto a conjuntura política quanto a difusão dessa prática se modificaram desde então, tornando importante essa análise, considerando-se também o fator empírico aqui proposto. Portanto, para o alcance desse objetivo principal, estruturou-se o trabalho em três artigos científicos, segundo os objetivos específicos apresentados a seguir:

- a) analisar a literatura acerca do tema, Investimento Social Privado, visando refletir sobre seu potencial de contribuição para a coprodução do bem público;
- b) descrever como as organizações investidoras abordam e praticam o Investimento Social Privado (ISP) em seus relatórios de atividades, e como esses investimentos sociais são realizados;
- c) compreender como o Investimento Social Privado (ISP) é realizado pelas organizações e qual seu potencial de contribuição para a coprodução do bem público.

Cabe destacar que serão analisadas as práticas de ISP desde o processo de escolha pelos projetos sociais beneficiados até a sua avaliação posterior à implementação. Além disso, o potencial de contribuição para a coprodução do bem público é entendido aqui como a busca da organização investidora em atender a demandas sociais de interesse público, de forma a

contribuir com o setor público (através de recursos financeiros e da própria atuação e acompanhamento dos projetos) no suprimento dessas demandas.

Este estudo traz como contribuição o aprofundamento dos conhecimentos acerca do papel da iniciativa privada, por meio do Investimento Social Privado (ISP), em projetos de interesse público, principalmente em um contexto de coprodução do bem público, no âmbito da administração pública.

De forma mais detalhada, o primeiro artigo tem como objetivo analisar a literatura acerca do tema, Investimento Social Privado. Ele traz uma revisão sistemática da literatura, a fim de analisar como o tema tem sido abordado teoricamente e quais os avanços empíricos que foram alcançados desde a criação do conceito, na década de 1990. A revisão sistemática também visa entender a relevância do Investimento Social Privado (ISP) como meio de participação desse setor na esfera pública.

No segundo artigo, cujo objetivo é descrever como as organizações investidoras abordam o Investimento Social Privado (ISP) em seus relatórios de atividades e como esses investimentos sociais são realizados, as organizações que compõem o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) foram mapeadas e caracterizadas, bem como suas respectivas práticas de Investimento Social Privado (ISP). Tal caracterização dos investimentos foi feita quanto à área de atuação da organização investidora, à área de abrangência do investimento, ao perfil da organização, às cidades por ele atendidas, aos tipos de projeto fomentados, aos valores investidos e ao número de pessoas beneficiadas.

As informações foram buscadas no sítio do GIFE e foram utilizados como amostra todos os seus cento e sessenta e dois associados (número de associados do mês da pesquisa, março de 2022). Além disso, foi realizada uma pesquisa documental, cujos documentos utilizados foram os relatórios de atividades referentes ao ano de 2019 dos associados GIFE, que foram mapeados e caracterizados anteriormente. O ano de 2019 foi escolhido por ser o ano mais recente sem os efeitos extraordinários da pandemia de COVID-19. Para a análise dos dados, foi utilizado o método de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), a partir do modelo de grade mista, em que as categorias analíticas foram definidas a priori, mas podiam ter sofrido alteração conforme a análise dos dados.

Já o terceiro artigo tem como objetivo compreender como o Investimento Social Privado (ISP) é realizado pelas organizações e qual seu potencial de contribuição para a coprodução do bem público. Para isso, foi realizado um estudo de campo, com realização de entrevistas com os associados que concordaram em participar da pesquisa. Para a análise dos dados, também

foi utilizado o método de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), com as mesmas categorias do artigo de análise documental.

As entrevistas foram semiestruturadas, observando as categorias analíticas descritas a seguir, abrangendo perguntas sobre a escolha dos projetos realizados, sua operacionalização, a relação entre a organização e o setor público na definição desses projetos e os interesses da organização ao fazer essa seleção. Dessa forma, foi verificado se os interesses públicos locais estão de fato sendo observados pelas organizações investidoras ou se a escolha pelos projetos sociais atendidos por essa modalidade de investimento está sendo feita de forma arbitrária sem atender às necessidades da comunidade. Verificou-se de que forma esses investimentos são realizados e se há busca pelo alinhamento entre os projetos sociais beneficiados e as necessidades locais.

As categorias analíticas construídas se pautam nos três aspectos fundamentais do Investimento Social Privado (ISP) definidos por Nogueira e Schommer (2009) e nas características principais da coprodução do bem público, a fim de se verificar como eles se relacionam e como o ISP pode contribuir para a coprodução. Portanto, as categorias analíticas serão a *origem de recursos*, a *forma de atuação da organização investidora*, a *finalidade do investimento*, a existência ou não da *participação social* e como ela se dá, e a *accountability*.

A origem de recursos busca verificar se de fato os recursos são de origem privada e voluntária, não podendo ser de origem compulsória; a forma de atuação da organização investidora busca entender se há a busca pelos resultados, de modo que o investimento seja realizado de forma planejada, monitorada e sistemática; a finalidade do investimento busca perceber se há vieses de interesse privado ou se o interesse público é o alvo, o que cumpriria tanto a normativa do ISP quanto a ideia de coprodução do bem público; a participação social, que busca entender se os cidadãos participam da definição de suas demandas e do processo de escolha e implementação dos projetos sociais beneficiados, assim como preconiza a coprodução; e a *accountability*, que pretende analisar a transparência e qualidade da informação prestada e a responsividade da organização investidora, bem como os mecanismos de controle social que a sociedade dispõe em relação à organização investidora e aos projetos sociais beneficiados.

O objetivo dessa pesquisa é entender se as práticas de Investimento Social Privado (ISP) estão colaborando com a promoção do bem-estar social e, conseqüentemente, com a consolidação de um ambiente coprodutivo. Pretende-se, a partir dos procedimentos metodológicos propostos, alcançar o objetivo geral e os objetivos específicos descritos

anteriormente e, assim, fomentar estudos nessa área e contribuir com o melhor entendimento do tema.

ARTIGO 1 – INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO (ISP): UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo investigar o estudo do tema Investimento Social Privado (ISP) na literatura acadêmica nacional, visando refletir sobre seu potencial de contribuição para a coprodução do bem público. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica sistemática (RBS) conforme roteiro de Conforto, Amaral e Silva (2011), o RBS *Roadmap*, tendo como bases de dados os Periódicos CAPES, *Spell*, *SciElo*, e os anais de eventos da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD). A partir dos filtros escolhidos, selecionou-se 25 (vinte e cinco) artigos para a pesquisa. A análise bibliográfica evidenciou diferenças de posicionamento em relação às potencialidades do ISP como forma de se suprir demandas sociais, estabelecendo um debate a respeito da inserção da iniciativa privada na esfera pública e a supervalorização do privado em relação ao público. Em termos metodológicos têm-se buscado, principalmente, avaliar os impactos do ISP. Acredita-se que o ISP pode ser uma forma de coprodução do bem público e que é possível a inserção da iniciativa privada na esfera pública sem que haja o desmonte do caráter público do setor, mas havendo, por outro lado, uma cooperação capaz de tornar a sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Investimento Social Privado. Revisão bibliográfica sistemática. RBS *Roadmap*. Administração pública. Coprodução do bem público.

1 INTRODUÇÃO

O Estado é o agente responsável pela garantia dos direitos sociais dos cidadãos no Brasil, tais como “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, [...]” dentre outros, conforme previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã (BRASIL, 1988). A União, em conjunto com os estados e municípios, são os responsáveis pela manutenção do bem-estar social dos cidadãos brasileiros e devem, a fim de cumprir esta obrigação constitucional, formular políticas públicas capazes de suprir demandas sociais existentes.

Todavia, tais necessidades aumentaram significativamente e, a partir disso, torna-se importante a inserção de novos atores que sejam capazes, individualmente ou em conjunto, de suprir essa demanda (PERRET; JUNQUEIRA; FERREIRA, 2011; TOMBI; SALM; MENEGASSO, 2006). No entanto, “o aparelho de governo não perde relevância, mas ele passa

¹ Artigo apresentado no XIX SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, em dezembro de 2022. No evento, o artigo foi classificado como um dos melhores trabalhos, tendo sido convidado para a edição especial da Revista *Valore* em 2023.

a fazer parte de sistemas de governança mais amplos” (ANDION et al., 2010, p. 3), não devendo haver supervalorização do privado sobre o público, mas a cooperação entre eles.

Uma das formas de viabilizar a participação de atores nas políticas públicas, especialmente a iniciativa privada, é por meio do Investimento Social Privado (ISP), termo criado para designar uma forma de atuação social do setor privado, principalmente empresarial, que não fosse a filantropia (NOGUEIRA; SCHOMMER, 2009). Tal conceito foi pensado, na segunda metade da década de 1990, por duas organizações sem fins lucrativos sediadas em São Paulo, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS). É importante ressaltar que o ISP não é a única forma, nem a primeira, de participação da iniciativa privada na esfera pública, mas uma forma que se tornou tendência (ANDION et al., 2010) e, por isso, seu estudo é relevante.

O Investimento Social Privado (ISP) é definido como “o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público” (GIFE, 2020). Dessa forma, o setor privado e a comunidade compartilham com o setor público o poder de atuação no suprimento de demandas sociais existentes, função que cabia exclusivamente ao governo. Apesar de o conceito ter sido criado por organizações ligadas ao meio empresarial, como afirmam Andion et al. (2010, p. 15), eram organizações que possuíam familiaridade com questões sociais, caracterizando o ISP pela sua “natureza híbrida entre as lógicas privada (originária) e pública (característica de sua finalidade)”.

Assim, com a maior abrangência de atuação empresarial, em questões de interesse público, e diante da incapacidade do governo de suprir todas as demandas sociais crescentes de forma unilateral, os atores privados também se tornaram corresponsáveis pela promoção do bem-estar social podendo, de forma planejada e socialmente responsável², investir em projetos que visem ao bem comum. Dessa forma, o ISP pode considerado como uma forma de ação

² Surgido em meados dos anos 1990, a noção de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) foi definida pelo Instituto Ethos como “relação que a empresa estabelece com todos os seus públicos (*stakeholders*) no curto e no longo prazo” de forma a abranger sete tópicos, que são: valores, transparência e governança; público interno; meio ambiente; fornecedores; consumidores/clientes; comunidade; e governo e sociedade (INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2007, p. 5-6). Assim, o Investimento Social Privado pode ser considerado um “braço” da RSE.

coletiva da iniciativa privada na esfera pública, buscando a solução de problemas públicos de forma compartilhada (THOENIG; DURAN, 1996; ANDION et al., 2010).

Tal busca pode ser considerada a base para a formação de um ambiente coprodutivo, definido por Brudney e England (1983) e reafirmado por Tombi, Salm e Menegasso (2006) como um ambiente em que a comunidade, de forma politicamente organizada e através da articulação de vários setores sociais, é capaz de deliberar acerca de suas necessidades e participa de forma ativa na promoção do bem comum, o que torna-se possível, dentre outras várias formas de mobilização pela própria sociedade, com os investimentos sociais das empresas em projetos voltados e ou liderados pelas comunidades.

Dessa forma, o Investimento Social Privado pode ser um mecanismo de fomento (por meio do financiamento) e fortalecimento da administração pública como coprodução do bem público. Assim sendo, empresas, entidades sem fins lucrativos e a própria comunidade, de forma organizada e participativa, podem unir esforços para a promoção do interesse público, cabendo ao governo o papel de articulador (TOMBI; SALM; MENEGASSO, 2006).

Nota-se, portanto, um movimento abrangente com diversos atores sociais que têm como meta a manutenção do bem-estar social e desenvolvimento sustentável. Com o cumprimento desse objetivo, através da fiscalização pelo setor público, sua interação com o setor privado e comunidade, e os próprios resultados que são gerados, o investimento social privado pode ser, de fato, capaz de auxiliar na promoção do bem-estar social.

Em relação a isso, Andion et al. (2010, p. 14) ressaltaram uma tendência, ainda que pouco evidente, sobre a aplicação de recursos privados em atendimento ao interesse público na definição da agenda do ISP. Eles observaram que há preocupação com as demandas sociais, tornando a prática do ISP próxima da “ação pública” e não apenas “ação privada no espaço público”. Essa constatação corrobora com a proposta do GIFE e mostra a possibilidade de atuação da iniciativa privada na esfera pública, em parceria com o governo, para promover melhorias sociais.

Dentro do conceito da coprodução do bem público fica evidente o foco na cooperação, nos modelos de governança compartilhados e na cidadania. O interesse público se torna alvo, não um subproduto. Entretanto, o conceito da coprodução do bem público traz maior relação entre o setor público e a comunidade, mudando o foco da administração pública da eficiência para a cidadania e interesse coletivo, sem detalhamento quanto ao papel do setor privado nessa relação. Entretanto, acredita-se ser possível estabelecer uma relação harmoniosa entre a esfera pública e a privada, a fim de se chegar à coprodução a partir da ação conjunta desses atores. O investimento social privado caracteriza-se, portanto, como um meio para se alcançar esse fim.

Sérgio Andrade (GIFE, 2018b) afirma que a cooperação entre os diferentes atores sociais promovida pelo ISP pode gerar transformações efetivas para a administração pública. Essa prática pode ser capaz de participar da coprodução do bem público, desde que a iniciativa privada não se utilize dele para autopromoção e como ferramenta de marketing. Analisando-se seus efeitos para a comunidade e constatando-se que há beneficiamento social, pode-se dizer que essa prática é proveitosa para a formulação de projetos de interesse público e, conseqüentemente, para a consolidação da coprodução.

Nesse contexto, tem-se como objetivo principal, nesta pesquisa, **investigar o estudo do Investimento Social Privado (ISP) na literatura acadêmica nacional, visando refletir sobre seu potencial de contribuição para a coprodução do bem público**. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica sistemática (RBS) conforme roteiro de Conforto, Amaral e Silva (2011), o RBS *Roadmap*, tendo como bases de dados os Periódicos CAPES, Spell, SciElo, e os anais de eventos da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), todas de reconhecida reputação acadêmica na área.

Espera-se ampliar o debate sobre o ISP e seu potencial de contribuição para a coprodução do bem-público, atentando-se para as possibilidades e tendências de estudos na área. Além disso, este estudo traz como contribuição o aprofundamento dos conhecimentos acerca do papel da iniciativa privada, por meio do Investimento Social Privado (ISP), em projetos de interesse público. Pretende-se, a partir dos procedimentos metodológicos propostos a seguir, mapear a produção acadêmica acerca do tema e discutir, na seção seguinte, os resultados encontrados, fomentando estudos na área e dando direcionamentos para preenchimento de lacunas existentes na academia.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se classifica, quanto à sua natureza, como qualitativa, visto que busca responder ao problema proposto sem medição numérica de dados (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006) e permite explorar e entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano, sendo nessa pesquisa o Investimento Social Privado (CRESWELL, 2010). Como procedimento técnico, foi realizada uma revisão bibliográfica sistemática (RBS), conforme roteiro de Conforto, Amaral e Silva (2011), descrito por eles como RBS *Roadmap*.

A pesquisa bibliográfica é realizada utilizando-se a literatura já existente sobre o tema, a partir, principalmente, de livros e artigos científicos, a fim de resgatar a contribuição de

diversos autores sobre determinado assunto que constitui o problema de pesquisa (GIL, 2002). Além disso, é importante, pois, sem isso, não é possível entender o tema estudado, o que já foi pesquisado a respeito, como o assunto já foi abordado na literatura anteriormente e quais são suas principais características, sendo também uma parte do desenvolvimento de todo pesquisador em sua área de pesquisa (HART, 1998, p. 1).

Levy e Ellis (2006, p. 182) trazem algumas características que eles consideram fundamentais para uma revisão de literatura efetiva: análise metodológica e sintetizada de uma literatura de qualidade, fornecimento de uma boa base para o assunto pesquisado e para a metodologia escolhida, e demonstração da novidade trazida pelo estudo para o campo de pesquisa. Com base nesses pontos, Conforto, Amaral e Silva (2011, p. 3) elaboraram o RBS *Roadmap* que fornece as etapas procedimentais para uma revisão bibliográfica sistemática de qualidade, definido por eles como sendo “o processo de coletar, conhecer, compreender, analisar, sintetizar e avaliar um conjunto de artigos científicos com o propósito de criar um embasamento teórico-científico (estado da arte) sobre um determinado tópico ou assunto pesquisado”.

Nessa pesquisa, como a proposta foi seguir o RBS *Roadmap* de Conforto, Amaral e Silva (2011), todo o processo realizado será apresentado de acordo com os passos estabelecidos por este roteiro, dividido em três fases: Entrada, Processamento e Saída. A fase de entrada corresponde à coleta de artigos científicos e ao protocolo estabelecido para essa coleta, como as bases de dados, as *strings* de busca, os critérios de inclusão e qualificação, além do método e das ferramentas. A fase de processamento corresponde à condução das buscas, à análise dos resultados e à documentação do que foi encontrado, excluído e, por fim, selecionado. Já a fase de saída corresponde ao cadastramento e arquivamento dos artigos, assim como à síntese dos resultados e sua apresentação sistematizada, acompanhada pelos modelos teóricos encontrados e a escrita do texto em si.

Escolheu-se como bases de dados os Periódicos CAPES, Spell, SciElo, e os anais de eventos da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), todas de reconhecida reputação acadêmica na área. Ressalta-se que, apesar de terem sido utilizadas as principais fontes de dados nacionais no contexto da administração, podem existir boas pesquisas que não foram analisadas, por não estarem indexadas nas bases utilizadas. No entanto, entende-se que isso não nos impediu de atingir o objetivo proposto.

Para todas as bases de dados foram utilizadas as palavras de busca investimento social privado ou investimento social das empresas. Como o termo é relativamente recente e não há muitos trabalhos produzidos sobre ele, não se restringiu a busca a nenhuma categoria específica

das bases, nem foi feito nenhum recorte temporal, sendo o artigo encontrado mais antigo do ano de 2000 e o mais recente de 2021. As buscas e downloads dos artigos nas bases de dados foram realizadas durante o mês de maio de 2021.

As palavras de busca foram em português, pois o objetivo foi identificar a literatura acadêmica nacional, para se entender como o tema tem sido abordado no país, considerando-se o contexto brasileiro e as especificidades locais, bem como o avanço do estudo do tema no país. Além disso, a intenção também é entender se o estudo do tema é corrente no Brasil e como a academia tem abordado-o desde sua criação.

Na primeira etapa da pesquisa, foram encontrados 28 (vinte e oito) documentos nos Periódicos CAPES, 51 (cinquenta e um) documentos no Spell, 4 (quatro) documentos no portal SciElo e 7 (sete) documentos nos anais de eventos da ANPAD, totalizando 90 (noventa) documentos. No entanto, 9 (nove) foram excluídos, por estarem repetidos nas bases, totalizando uma amostra de 81 (oitenta e um) para a primeira etapa da pesquisa. Já a segunda etapa consistiu na exclusão de 2 (dois) editoriais, 1 (uma) resenha e 1 (um) livro, restando 77 (setenta e sete) artigos para a etapa seguinte.

Por fim, a terceira etapa consistiu na análise de quais dos artigos restantes tratavam do Investimento Social Privado, foco dessa pesquisa. Ressalta-se que muitos artigos utilizam o termo apenas para exemplificar uma forma de atuação da iniciativa privada na esfera pública, mas não o abordam teórica ou empiricamente. Esses artigos foram excluídos e os demais foram mantidos, ainda que não abordem de forma aprofundada o tema. Essa decisão foi tomada com base no número limitado de artigos encontrados e da novidade do conceito. Logo, frente a esse último filtro, restaram 8 (oito) artigos nos Periódicos CAPES, 12 (doze) artigos no Spell, 1 (um) artigo no portal SciElo e 4 (quatro) artigos na ANPAD. Na próxima seção serão analisados esses 25 (vinte e cinco) artigos selecionados.

3 INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM ADMINISTRAÇÃO

Os artigos selecionados foram publicados em periódicos e eventos da área de administração no Brasil. No decorrer desta seção, os 25 (vinte e cinco) artigos selecionados foram analisados, primeiramente, de forma detalhada, em quatro partes, conforme a base de dados em que foram encontrados. Em um segundo momento, foram analisados de forma conjunta. A primeira parte se refere aos artigos selecionados dos Periódicos CAPES, como mostra o quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Artigos selecionados nos Periódicos CAPES

PERIÓDICO	TÍTULO	ANO	AUTORES
Revista Contabilidade & Finanças	Responsabilidade Social e Investimento Social Privado: entre o discurso e a evidenciação	2008	Milani Filho
Revista de Administração Contemporânea	Programas Sociais Corporativos e Capital Social: proposta de qualificação	2010	Macke, Carrion e Dilly
Revista de Administração Pública (RAP)	Avaliação de Projetos Sociais em ONGs da Grande Florianópolis: um estudo sobre modelos relacionados ao foco de atuação	2011	Assumpção e Campos
	Legitimidade das Organizações da Sociedade Civil: análise de conteúdo à luz da Teoria da Capacidade Crítica	2014	Krieger e Andion
Revista de Gestão – USP	As Representações Sociais de Jovens Participantes de Projeto Social de Inserção no Mercado de Trabalho	2011	Garay
Revista HISTEDBR On-line	Investimento Social Privado em Educação: desmonte do caráter público da educação	2016	Motta
Revista Metropolitana de Sustentabilidade	Responsabilidade Social e Marketing Social na Monsanto: análise pelo <i>continuum</i> da colaboração	2018	Souza, Pitombo, Zaccaria e Monteiro
	Gestão Socioambiental em ONGs: um olhar a partir do desempenho empresarial e suas percepções como <i>stakeholders</i> de outras organizações	2014	Fernandes, Vasconcelos e Valadão Junior

Fonte: Resultados da pesquisa

O primeiro artigo selecionado, de autoria de Milani Filho (2008), busca investigar as demonstrações financeiras de empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) – na época, da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) – para verificar a divulgação de informações relacionadas aos investimentos sociais por elas realizados. Além disso, o autor buscou relacionar o volume de investimentos com a área de atuação da empresa, para verificar se as empresas que são associadas a externalidades negativas, como empresas de fumo, investem mais no social do que as outras. Para atingir o objetivo proposto, o autor realizou uma pesquisa exploratória com empresas participantes do ISE e empresas relacionadas a externalidades negativas, como indústrias de fumo, bebidas alcólicas e armas.

Uma contribuição interessante do autor foi mostrar que muitas empresas se declaram socialmente responsáveis, mas não divulgam as informações relacionadas aos investimentos sociais que realizam. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2004 e 2005, sendo possível que novas regulamentações de transparência das demonstrações contábeis tenham alterado esse

cenário, além da exigência dos próprios acionistas. No entanto, é um resultado interessante que aponta para a desvalorização dos impactos sociais causados pelos investimentos, em contraposição ao discurso de autopromoção em relação à atitude socialmente responsável. Apesar de o autor não ter utilizado referências próprias de ISP, além do próprio *site* do GIFE, e de ter havido sobreposição de conceitos, como o de ISP e o de RSE, o trabalho é interessante e permite o debate acerca das motivações dos investidores sociais.

O segundo artigo, de autoria de Macke, Carrion e Dilly (2010), traz um posicionamento mais crítico em relação ao ISP, chamado no texto de investimento social de empresas privadas, sem definição específica do conceito. O foco da pesquisa é a discussão de Capital Social e como ele pode ser gerado através dos investimentos sociais, sendo classificada como uma pesquisa empírica e se qualificando como estudo de caso. Os autores colocam como princípio norteador do investimento social a geração de capital social e, à luz da gestão social, afirmam que os atores são os protagonistas do desenvolvimento.

Uma das grandes contribuições é a constatação de que há sobreposição de programas sociais, que atuam com o mesmo público, demonstrando falta de articulação entre as empresas investidoras e a comunidade. Além disso, mostra a necessidade de se “superar a cultura clientelista, na qual as pessoas deixam de ser clientes de serviços sociais para serem cidadãos construtores do seu futuro” (MACKE; CARRION; DILLY, 2010, p. 850).

Assumpção e Campos (2011), no terceiro artigo selecionado, buscam compreender se há influência da matriz ideológica e da natureza do foco de atuação de ONGs nos modelos de avaliação de projetos sociais. Os resultados da pesquisa apontaram para a existência dessa influência, além de reconhecerem, a partir do estudo de Andion (2007), cinco diferentes grupos de ONGs, sendo históricas, novos movimentos, prestação de serviços, fundações e institutos, e filantrópicas. Essa tipologia permite diferenciar as ONGs, compará-las e compreender melhor suas estratégias de ação, além de permitir verificar quais as áreas de atuação prioritárias de cada uma delas e quais suas maiores necessidades.

No entanto, os autores não abordam o ISP em profundidade, mas tratam de modelos de avaliação de projetos sociais que poderiam ser utilizados nesse tipo de investimento. O foco maior é em ONGs, mas também traz ações de fundações e institutos que estariam mais ligados ao ISP. Uma contribuição interessante, apesar de não ser a discussão central do artigo, é diferenciar ONGs, Fundações e Institutos, mostrando que as últimas emergiram de iniciativas ligadas ao setor privado, para atuação no social por meio do ISP.

O quarto artigo, de Krieger e Andion (2014), também não aborda o ISP em profundidade, mas analisa as organizações da sociedade civil (OSC) e, através de uma análise

crítica, busca compreender o fenômeno de legitimidade dessas organizações. Uma contribuição interessante trazida pelas autoras é a constatação do enfraquecimento do papel político das OSC, devido à difusão da lógica de mercado e, sobre isso, as autoras alertam que esse “processo remete ao tenso encontro entre as esferas pública e privada, que produz, em muitos casos, a subordinação da primeira à segunda, o que fragiliza a política e a própria autonomia da sociedade civil” (KRIEGER; ANDION, 2014, p. 105). Esse encontro também ocorre no ISP, o que desperta a importância de não permitir que a lógica privada seja supervalorizada em relação à lógica pública.

No quinto artigo, Garay (2011) realiza um estudo de caso para analisar as representações sociais de jovens e mostra que o ISP financia projetos sociais que geram benefícios para a comunidade, como é o caso do projeto social de inserção de jovens no mercado de trabalho. A autora utilizou uma empresa que faz investimentos sociais, tendo como foco da análise o projeto social mencionado. No entanto, ela não utiliza referências robustas sobre o ISP, priorizando a literatura sobre trabalho, representações sociais e inclusão social.

O sexto artigo, da Motta (2016), traz a diferença entre os termos RSE e ISP, focando sua análise no ISP, especificamente na área de educação. Escolheu-se essa área pois é a área prioritária dos investidores sociais, sendo a que recebe maior volume de recursos. A autora acredita que essas iniciativas são fruto de articulações que visam ao desmonte do caráter público da educação. É uma análise crítica que alerta para o crescimento do ISP, considerando-o maléfico e enfatizando que “não podemos cair nessa armadilha neofilantropia mercantil” (MOTTA, 2016, p. 332). Não é uma visão compartilhada por nós, mas traz um debate interessante sobre a intervenção do ISP, principalmente nessa área educacional.

No sétimo artigo, Souza et al. (2018) estudam, em uma pesquisa exploratória, os investimentos sociais praticados pela empresa Monsanto, através do modelo de James Austin, o Modelo Continuum de Colaboração. A pesquisa aborda o ISP por ser uma das formas de investimento realizado pela Monsanto, mas não é o foco da pesquisa. O marketing social, por outro lado, é muito abordado, inclusive como um instrumento de mobilização para alterar o comportamento e como uma forma de ação mais estratégica em comparação com o ISP.

O oitavo e último artigo selecionado dos Periódicos CAPES é de autoria de Fernandes, Vasconcelos e Valadão Júnior (2014) e tem caráter descritivo e exploratório. O texto foca em investimentos socioambientais e na atuação de ONGs, não trazendo o ISP como centro do debate. Uma contribuição interessante é a diferenciação feita entre ISP e filantropia, além dos autores trazerem o ponto de vista da iniciativa privada acerca de investimentos na área social.

É importante ressaltar que o livro, “Entre o Público e o Privado: caminhos do alinhamento entre o Investimento Social Privado e o negócio”, de Livia Menezes Pagotto, Aron Belinky, Fernanda Macedo e Camila Yamahaki, publicado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV) aborda em profundidade o tema do ISP. O livro traz uma discussão a respeito do alinhamento entre o ISP e a natureza do negócio, discutindo se esse alinhamento é benéfico, por gerar mais oportunidades de investimento e maior interesse para a empresa investidora, ou se descaracterizaria a ação, por possivelmente subordinar o ISP à lógica empresarial, havendo a prevalência dos interesses privados sobre o interesse público. Metodologicamente, a pesquisa foi realizada através de revisão bibliográfica, aplicação de entrevistas, questionários, grupos focais e debates no 9º Congresso GIFE.

Após a análise dos artigos selecionados nos Periódicos CAPES, serão apresentados os artigos selecionados na base Spell, conforme mostrado no quadro 2 a seguir.

Quadro 2: Artigos selecionados no Spell

PERIÓDICO	TÍTULO	ANO	AUTORES
Revista Organizações em Contexto (ROC)	Como as Empresas Integrantes da Carteira ISE Avaliam o Retorno do Investimento Social Privado	2019	Gentil e Ferreira
Revista de Administração de Empresas (RAE)	O Discurso das Fundações Corporativas: caminhos de uma “nova” filantropia?	2007	Borges, Miranda e Valadão Júnior
Revista Alcance	Responsabilidade Social: contribuições para a análise do Investimento Social Privado	2004	Catarina e Serva
Revista de Administração da UFSM	Investimento Social Privado: A Estratégia e Gestão das Fundações e Institutos	2019	Gentil, Ferreira e Rodrigues
Revista Pensamento e Realidade	Retorno Social do Investimento (SROI): metodologia que traduz o impacto social para o investidor	2016	Kisil e Fabiani
Revista de Gestão Social e Ambiental (RGSA)	Uma Proposta de Avaliação para o Investimento Social Privado	2007	Coelho e Gonçalves
Revista Reuna	Parceria Público-Privada: a importância das organizações para a construção da cidadania deliberativa por meio dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente	2009	Almeida e Cabral
	Investimento social privado: o papel das fundações corporativas na gestão das políticas sociais	2011	Perret e Junqueira
Cadernos Gestão Pública e Cidadania	Investimento Social Privado e Políticas Públicas de Educação: interações	2020	Mendonça e Santos

	mediadas por múltiplas lógicas institucionais		
	Fundações comunitárias no Brasil: perspectivas de liderança em processos de desenvolvimento socioterritorial	2009	Silva e Schommer
Organizações & Sociedade	Investimento Social das Empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado	2000	Schommer
Revista Interdisciplinar de Gestão Social	Será o Investimento Social Privado uma Oportunidade para o Desenvolvimento de Territórios?	2021	Fonseca, Ladeira e Cajazeira

Fonte: Resultados da pesquisa

O primeiro artigo selecionado da base Spell é de autoria de Gentil e Ferreira (2019) e tem como foco a avaliação do retorno do ISP, inclusive em termos de impactos para a imagem reputacional da empresa investidora, por exemplo. O texto traz o ISP de forma aprofundada, mas focando em sua avaliação. Empresas participantes do ISE também foram objeto de estudo do texto de Milani Filho (2008) apresentado anteriormente. Além disso, o foco em avaliação do retorno de investimentos sociais também é uma análise recorrente quando se trata de estudar o ISP e ainda será observado em outros estudos a seguir.

O próximo artigo, de Borges, Miranda e Valadão Júnior (2007), utiliza o método da análise do discurso para compreender como fundações inserem a companhia e a sociedade em seus discursos. Os autores têm como foco as fundações corporativas e seus discursos em relação aos investimentos sociais que elas realizam, explicitando as contradições de interesses existentes nas diferentes lógicas da empresa e da sociedade. Apesar de criticarem os discursos que permeiam a prática do ISP, os autores constataam que as fundações são relevantes socialmente.

Uma sugestão dos autores para pesquisas futuras que se mostra pertinente é a de se entender criticamente quais são os aspectos ideológicos que estão presentes nas ações das empresas que criam fundações e as utilizam para autopromoção. Pesquisas que visam entender a motivação dos investidores sociais são muito relevantes, mas de difícil operacionalização visto que há dependência das respostas de entrevistados que atuam na área, mas que podem optar por apenas reforçarem a ideia de serem benfeitores, como os próprios autores constataam que ocorreu nesse estudo. No entanto, é uma lacuna teórica que deve buscar ser preenchida.

Catarina e Serva (2004), autores do terceiro artigo selecionado, abordam de forma aprofundada o ISP, discutindo seus fundamentos e propondo um quadro analítico, a partir do estudo de duas grandes organizações bancárias, sendo uma nacional e outra internacional. Eles perceberam que ambas as organizações mantêm uma administração profissional no

gerenciamento dos recursos destinados a ações sociais e trazem um quadro analítico muito interessante para se analisar o ISP, a partir de cinco categorias: causas, valores e transparência, planejamento e gestão, comunidade e governo, e meio ambiente. Além disso, os autores mostram os elementos relacionados a cada uma dessas categorias, sendo uma ferramenta de análise que pode ser reaplicada para pesquisas semelhantes em que se pretenda analisar empiricamente o ISP.

O quarto artigo, de Gentil, Ferreira e Rodrigues (2019), tem como foco a avaliação do retorno do ISP e parece ter feito parte de uma mesma agenda de pesquisa do artigo apresentado anteriormente com autoria em comum, também utilizando empresas participantes do ISE. Os resultados da pesquisa mostram que a avaliação do retorno dos investimentos é fundamental para a manutenção dos projetos sociais, o que pode ser uma explicação do porquê de haver foco em se medir esse retorno em diversos artigos que abordam o ISP.

Kisil e Fabiani (2016), no quinto artigo, trazem o ISP através de uma análise quantitativa robusta em relação aos impactos sociais por ele gerados. No entanto, o foco do artigo é o retorno do investimento social, não o ISP em si. Os autores apresentam um modelo analítico que possibilita a replicação em outros estudos, a fim de avaliar o impacto social, por exemplo, de um projeto social oriundo de recursos privados. Já o sexto artigo, de Coelho e Gonçalves (2007b), tem como foco o ISP, com abordagem empírica. São muito interessantes os modelos apresentados para sua avaliação e as categorias analíticas, que norteiam a discussão dos impactos gerados pelo ISP. No entanto, também não há referências robustas sobre o tema, focando majoritariamente em literatura sobre monitoramento e avaliação de projetos sociais.

O sétimo artigo, de Almeida e Cabral (2009), evidencia a confusão que acomete as práticas de ISP e abrange também as confusões que afetam o uso dos incentivos fiscais, mas argumenta em prol do ISP como uma forma de se promover a cidadania deliberativa por meio da participação nos Conselhos, além de mostrá-lo como "um instrumento de desenvolvimento econômico e social" (ALMEIDA; CABRAL, 2009, p. 68). Esse texto se aproxima da visão deste artigo ao propor uma parceria público-privada que vise ao atendimento das demandas sociais e à construção da cidadania. Tal proposta vai ao encontro da coprodução do bem público, defendida neste artigo como um objetivo a ser atingido através do ISP.

Perret e Junqueira (2011) também fazem um debate interessante sobre essa parceria, ao abordarem o papel das fundações corporativas na gestão das políticas sociais, mostrando a relação entre as fundações e o Estado, a fim de auxiliar no suprimento de demandas sociais. Além disso, os autores deixam claro que a intenção não é supervalorização do privado de modo a descaracterizar o público, mas sim de integrar atores para benefício da sociedade. Nesse

contexto, as fundações se tornam fundamentais e o ISP é uma fonte de financiamento para os projetos sociais por elas desenvolvidos, de modo a gerir melhor as políticas sociais e suprir demandas da comunidade.

Os autores também fazem uma ligação entre o ISP e o capitalismo ao dizerem que o ISP “é entendido como parte de um movimento de deslocamento do capitalismo, ou seja, de uma resposta empresarial às necessidades de redefinir o espírito do capitalismo.” (PERRET, JUNQUEIRA, 2011, p. 126). Nesse sentido, eles argumentam que o foco do ISP não é a sobrevalorização do privado nem o desmonte do caráter público do Estado, mas uma forma de gerar impactos positivos para a sociedade através do desenvolvimento de projetos sociais, possibilitados por recursos privados. Além disso, coloca-se em debate o papel dessas organizações privadas e o quanto elas podem ou devem ajudar no suprimento de demandas sociais.

Nesse contexto, Mendonça e Santos (2020) trazem, em profundidade, um debate acerca do ISP na área da educação, inclusive por ser esta a que recebe maior volume desses investimentos. As autoras debatem os alinhamentos e conflitos que permeiam a relação Estado e mercado, além de incluir os profissionais do ISP e da educação, e demonstram que há uma busca pela compatibilização dessas diferentes lógicas, na tentativa de se formularem e implementarem projetos sociais que visem ao desenvolvimento da área. Mostra-se relevante, novamente, entender a relação entre as diferentes esferas, pública e privada.

Pensando no desenvolvimento comunitário, Silva e Schommer (2009), no artigo seguinte, estudam as fundações comunitárias e como elas podem ser um instrumento de apoio ao ISP e, conseqüentemente, ao desenvolvimento. Os autores trazem uma perspectiva histórica das fundações comunitárias, mostrando o contexto de seu surgimento e quais as lógicas por trás do seu funcionamento, para discutir como elas exercem liderança no desenvolvimento socioterritorial. Apesar dos autores mostrarem que as fundações estão em estágio inicial no Brasil, eles reforçam a importância de se utilizar tais fundações para atender necessidades de comunidades específicas e colocam o ISP como uma forma de fomento dessas ações. Contribuições interessantes desse estudo são também as sugestões para pesquisas futuras, visto que os autores estabelecem toda uma agenda de pesquisa pertinente para o campo emergente do ISP e das fundações corporativas.

O décimo primeiro artigo, também de autoria da Schommer (2000), é o mais antigo dentre os que foram selecionados nessa pesquisa e mostra uma primeira tentativa de abordar, cientificamente, o ISP, visto que o termo foi cunhado poucos anos antes de sua publicação. Alves, Nogueira e Schommer (2013) mostram que o termo foi formalmente utilizado pela

primeira vez em 1998 pelo GIFE, que foi criado em 1995. Dessa forma, a Schommer se mostra como uma das autoras pioneiras na academia nesse assunto, além de ser uma das mais atuantes, o que pode ser observado pelo grande número de artigos escritos, individualmente ou em coautoria, por ela. Assim sendo, esse é um dos principais artigos ao se estudar os tipos de cooperação entre estruturas organizacionais voltadas para ação social e o ISP, podendo ser considerado o trabalho acadêmico seminal no Brasil.

Em contrapartida, o último artigo selecionado na base Spell é o mais recente dentre os selecionados nessa pesquisa. O texto, de Fonseca, Ladeira e Cajazeira (2021), traz uma contribuição importante em relação ao alinhamento dos projetos sociais beneficiados pelo ISP e as demandas sociais locais. Ao mostrar que há demandas atendidas por esses projetos sociais, ou seja, que as empresas estudadas estão auxiliando no suprimento de necessidades locais, é possível nos posicionarmos de forma otimista em relação ao ISP, acreditando na possibilidade de um melhor relacionamento das empresas com o setor público e com a comunidade, inclusive na consolidação da coprodução do bem público.

Observa-se, dessa forma, uma tentativa emergente de relacionar o ISP à gestão social, à coprodução do bem público e a modelos de governança compartilhados, de modo a minimizar a dicotomia público-privado e a utilizar recursos privados no auxílio do suprimento de demandas públicas. Após a análise dos artigos selecionados na base Spell, será apresentado o artigo selecionado no portal SciELO, conforme mostrado no quadro 3 a seguir.

Quadro 3: Artigo selecionado no SciELO

PERIÓDICO	TÍTULO	ANO	AUTORES
Estudos Afro-Asiáticos	O Valor da Diversidade Racial nas Empresas	2003	Myers

Fonte: Resultados da pesquisa

Esse texto, escrito por Myers (2003), de forma parecida com o apresentado anteriormente sobre a inserção de jovens no mercado de trabalho, mostra que o ISP financia projetos sociais que geram benefícios para a comunidade, nesse caso em relação à diversidade racial nas empresas. O autor mostra iniciativas inclusivas e projetos sociais financiados por treze empresas diferentes e como esses projetos são importantes para termos uma sociedade mais justa. No entanto, o autor não utiliza referências robustas sobre o ISP, priorizando a literatura de diversidade social, que é o foco do artigo.

Esse artigo também é um dos primeiros estudos que aborda o ISP e faz uma tentativa de evidenciar as disparidades entre discurso socialmente responsável e a prática de investimentos

sociais. A diversidade racial aqui se mostra como outro foco de pesquisa em projetos sociais que visam ao desenvolvimento comunitário, assim como o estudo de projetos voltados para a educação, inserção de jovens no mercado de trabalho, Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, dentre outros.

Após a análise do artigo selecionado no portal SciELO, serão apresentados os artigos selecionados nos anais dos eventos promovidos pela ANPAD, conforme mostrado no quadro 4 a seguir.

Quadro 4: Artigos selecionados nos eventos da ANPAD

EVENTO	TÍTULO	ANO	AUTORES
ENANPAD	Avaliação do Investimento Social Privado: estudo de caso em uma empresa do setor automobilístico	2007	Coelho e Gonçalves
	Profissionalização e Lógicas Institucionais: o profissional do Investimento Social Privado no Brasil	2013	Alves, Nogueira e Schommer
	Quinze Anos de Investimento Social Privado no Brasil: conceito e práticas em construção	2009	Nogueira e Schommer
ENAPG	Investimento Social Privado: uma forma de coprodução do bem público?	2010	Andion, Becker, Pires, Victor e Souza

Fonte: Resultados da pesquisa

O primeiro artigo, de Coelho e Gonçalves (2007a), é um recorte da pesquisa apresentada anteriormente dos mesmos autores, tendo como foco apenas o setor automobilístico. Dessa forma, passaremos para a análise do segundo artigo, de Alves, Nogueira e Schommer (2013), que traz uma discussão interessante sobre o ISP e sua origem. Observa-se uma bagagem ampla dos pesquisadores sobre o assunto e uma perspectiva histórica abrangente sobre o tema. Além disso, traz uma visão diferenciada, ao ter como foco o profissional do ISP e não a avaliação desses investimentos, como é mais encontrado. Outro ponto interessante abordado pelos autores é a lógica empresarial e social do ISP, além dos desafios de conciliar ambas as lógicas, mantendo o interesse da empresa investidora, assim como o atendimento aos interesses públicos e às demandas sociais.

O terceiro artigo, de Nogueira e Schommer (2009), traz um debate aprofundado sobre o ISP e o consideramos um dos principais textos para se entender sobre o tema, visto que é um estudo abrangente que identifica como esse conceito era estudado nos primeiros anos de seu surgimento. Além disso, os autores apresentam uma gama de lacunas que precisavam ser preenchidas na área, servindo de base para pesquisas futuras, como o presente artigo. É também

possível observar, a partir dos artigos apresentados anteriormente, a relevante atuação desses autores ao se abordar o tema do ISP.

Prosseguindo para o último artigo selecionado, de Andion et al. (2010), afirma-se que ele é um dos que mais vai ao encontro do que se pretendia observar com este estudo, visto que busca entender se o ISP pode ser uma forma de coprodução do bem público. Os autores utilizam vasta literatura sobre ambos os temas e promovem um debate rico sobre o assunto, mostrando a necessidade de melhor articulação da iniciativa privada com o setor público e a comunidade, a fim de direcionar os projetos sociais para áreas prioritárias e fortalecer a participação social na formulação e implementação desses projetos.

3.1 Análise geral dos artigos selecionados

Em uma análise conjunta dos artigos selecionados é possível observar que não há revista com maior representatividade em relação à publicação sobre o tema, uma vez que quatro revistas – Revista de Administração Pública (RAP), Revista Metropolitana de Sustentabilidade, Revista Reuna e Cadernos Gestão Pública e Cidadania – possuem dois artigos selecionados sobre o tema, enquanto as outras revistas possuem apenas um artigo cada.

No que concerne ao ano de publicação dos artigos selecionados, também não é possível observar diferenças significativas, sendo que nos anos de 2007, 2009 e 2011 foram publicados três artigos ao ano; nos anos de 2010, 2014, 2016 e 2019 foram publicados dois artigos ao ano; e nos anos de 2000, 2003, 2004, 2008, 2013, 2018, 2020 e 2021 foi publicado apenas um artigo ao ano. Constata-se que não houve artigo selecionado nos anos de 2001, 2002, 2005, 2006, 2012, 2015 e 2017.

Em relação aos autores, observa-se que a Paula Chies Schommer é a autora que possui maior número de artigos em autoria ou coautoria, totalizando quatro artigos selecionados. Outros autores – Carolina Andion, Valdir Machado Valadão Júnior, Daniela Gentil, Gleriani Torres Carbone Ferreira, Michelle Queiroz Coelho, Carlos Alberto Gonçalves e Fernando do Amaral Nogueira – possuem autoria ou coautoria em dois artigos. Os demais autores apresentam autoria em apenas um artigo dentre os que foram selecionados.

No tocante aos objetivos, nota-se que há objetivos diversos, mas há predominância de artigos que visam avaliar o ISP, a partir de um projeto social ou de dados secundários disponibilizados publicamente. Nesse sentido, constata-se relevância dos artigos que realizam estudos de caso ou pesquisa documental. É importante ressaltar que o número de artigos selecionados é pequeno, evidenciando pouco estudo sobre tema e dificultando uma análise

conjunta com diferenças metodológicas expressivas entre os artigos. Esse foi um fator significativo para a escolha da avaliação individual de cada artigo, uma vez que era possível de ser feita e os dados eram insuficientes para uma análise comparada robusta.

Os 25 (vinte e cinco) artigos selecionados nas bases de Periódicos CAPES, Spell, SciELO e ANPAD mostram como o tema do Investimento Social Privado (ISP) vem sendo discutido na academia, com seus avanços e limitações, desde sua criação no final da década de 1990. No entanto, muitos discutem o ISP de forma menos aprofundada, sem colocá-lo como foco de reflexão teórica ou de análise empírica. Os artigos que utilizavam o ISP apenas como exemplificação de participação da iniciativa privada na esfera pública foram excluídos, no entanto, vários artigos que foram selecionados e debatidos também não o trazem como foco da análise.

Os artigos apresentados que trazem maior discussão a respeito do ISP estão dispostos no quadro 5 a seguir, juntamente com sua ideia central.

Quadro 5: Ideias centrais dos artigos analisados na pesquisa

TÍTULO		DEBATE CENTRAL
1	Responsabilidade Social e Investimento Social Privado: entre o discurso e a evidenciação	Disponibilização de informações sobre os investimentos realizados e relação entre volume de ISP e empresas associadas a externalidades negativas
2	As Representações Sociais de Jovens Participantes de Projeto Social de Inserção no Mercado de Trabalho	Impacto de um projeto social de inserção de jovens no mercado de trabalho financiado por ISP
3	Investimento Social Privado em Educação: desmonte do caráter público da educação	Participação do setor empresarial na educação
4	Como as Empresas Integrantes da Carteira ISE Avaliam o Retorno do Investimento Social Privado	Avaliação do retorno do ISP
5	O Discurso das Fundações Corporativas: caminhos de uma “nova” filantropia?	O discurso de fundações corporativas em relação aos ISP que elas realizam
6	Responsabilidade Social: contribuições para a análise do Investimento Social Privado	Fundamentos e categorias de análise para o ISP
7	Investimento Social Privado: A Estratégia e Gestão das Fundações e Institutos	Avaliação do retorno do ISP
8	Uma Proposta de Avaliação para o Investimento Social Privado	Avaliação do ISP
9	Parceria Público-Privada: a importância das organizações para a construção da cidadania deliberativa por meio dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente	ISP como um instrumento para o desenvolvimento econômico e social, através da parceria público-privada

10	Investimento social privado: o papel das fundações corporativas na gestão das políticas sociais	Papel das fundações corporativas e a relação entre essas fundações e o Estado no suprimento de demandas sociais
11	Investimento Social Privado e Políticas Públicas de Educação: interações mediadas por múltiplas lógicas institucionais	ISP na área de educação
12	Fundações comunitárias no Brasil: perspectivas de liderança em processos de desenvolvimento socioterritorial	Fundações comunitárias como instrumentos de apoio ao ISP e promotoras do desenvolvimento comunitário
13	Investimento Social das Empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado	Conceituação e delimitação do conceito de ISP e tipos de cooperação organizacional
14	Será o Investimento Social Privado uma Oportunidade para o Desenvolvimento de Territórios?	Alinhamento dos projetos sociais beneficiados pelo ISP e as demandas sociais locais
15	O Valor da Diversidade Racial nas Empresas	O papel do ISP na formulação de projetos sociais e iniciativas inclusivas de diversidade racial
16	Avaliação do Investimento Social Privado: estudo de caso em uma empresa do setor automobilístico	Avaliação do ISP
17	Profissionalização e Lógicas Institucionais: o profissional do Investimento Social Privado no Brasil	O profissional do ISP e as lógicas empresarial e social desse investimento
18	Quinze Anos de Investimento Social Privado no Brasil: conceito e práticas em construção	O conceito de ISP, seus usos e as lacunas teóricas que ele carrega
19	Investimento Social Privado: uma forma de coprodução do bem público?	O ISP como uma forma de coprodução do bem público e a articulação entre iniciativa privada, setor público e comunidade

Fonte: Resultados da pesquisa

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível observar, a partir de todos os artigos abordados, alguns aspectos principais, tais como: i) o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) é sempre trazido para se conceituar o Investimento Social Privado (ISP) e para se exemplificar o volume de recursos investidos em determinada área, além de ser uma das únicas referências utilizadas em diversos artigos para se tratar do ISP; ii) a Paula Chies Schommer é a autora que mais produz textos sobre o assunto, individualmente ou em coautoria, sendo também uma das mais citadas ao se abordar o conceito de ISP, sua origem, suas tipologias e as lacunas do conceito; iii) há confusão entre os termos Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e Investimento Social Privado (ISP) em muitos estudos, além de serem abordados em conjunto como um mesmo conceito; iv) há predominância de estudos que tem como objetivo avaliar o ISP, apesar de o conceito ainda

não estar consolidado teoricamente na academia e de ainda haver muitas lacunas nesse aspecto; v) o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) é muito utilizado como fonte de dados nas pesquisas, além de servir de base para se escolher alguma organização específica no caso de estudos de caso; vi) o ISP é trazido, na maior parte dos estudos, como um instrumento capaz de tornar a sociedade mais justa e igualitária.

Retomando o objetivo principal dessa pesquisa, que era investigar o estudo do Investimento Social Privado (ISP) na literatura acadêmica nacional, visando refletir sobre seu potencial de contribuição para a coprodução do bem público, acredita-se que este foi alcançado. O tema ainda é recente e carece de maiores delimitações teóricas, além de suscitar opiniões controversas a respeito da inclusão da iniciativa privada na dinâmica social. Alguns autores, em uma perspectiva mais crítica, acreditam que essa invasão se classifica como um desmonte do caráter público das áreas beneficiadas pelo ISP, além de alertarem para a supervalorização do privado em relação ao público.

Outros autores, como é o defendido aqui, acreditam que o ISP pode ser uma forma de coprodução do bem público, ao se ampliar os atores capazes de suprir demandas sociais e se possibilitar maior inserção da comunidade na formulação e implementação de projetos sociais. Conclui-se, portanto, que o ISP é uma área com muitas lacunas a serem preenchidas, sendo relevante seu estudo na academia, inclusive para que não seja um conceito característico apenas do meio empresarial, mas objeto de análise científico, a fim de o compreender melhor e refletir sobre a sua capacidade de maximizar seu potencial de contribuição para uma sociedade mais justa e igualitária.

ARTIGO 2 – O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO (ISP) EM RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES INVESTIDORAS³

RESUMO

O trabalho tem como objetivo descrever como as organizações investidoras associadas ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) realizam o Investimento Social Privado (ISP). A análise teve como dados os relatórios de atividades do ano de 2019, tendo sido construídas cinco categorias analíticas, sendo elas a origem de recursos, a forma de atuação da organização investidora, a finalidade do investimento, a participação social, e a *accountability*. A análise dos resultados mostrou, em relação à origem de recursos, que eles são de origem privada e voluntária, assim como o conceito de ISP o define, e que é comum o investimento ser devido às Leis de Incentivo Fiscal instituídas pelo governo. Em relação à forma de atuação da organização investidora, é possível perceber que há preocupação com o monitoramento e avaliação dos investimentos sociais realizados. Analisando-se a finalidade do investimento, é possível perceber que os relatórios afirmam que os projetos beneficiados são de interesse público, mas não apresentam como esse interesse público é determinado. Quanto à participação social, percebe-se que ela ainda é presente de forma superficial e a comunidade participa, majoritariamente, como parte passiva dessa dinâmica. Em relação à *accountability*, os relatórios se dizem transparentes e valorizam a prestação de contas, mostrando preocupação por parte das organizações em serem responsivas. Conclui-se, a partir dos resultados apresentados, que a partir desses investimentos sociais realizados e da nova forma de se pensar o papel social das empresas privadas, bem como os modos que o governo encontrou de incentivar o investimento social, as organizações participam cada vez mais da dinâmica de promoção do desenvolvimento e bem-estar social das comunidades onde estão inseridas.

Palavras-chave: Investimento social privado; relatórios de atividades; associados GIFE.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil tem passado por grandes mudanças em sua estrutura administrativa e política. Diante disso, o Estado, responsável por atender às necessidades da população, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), tornou-se incapaz de satisfazer individualmente as demandas sociais. Assim, surge a necessidade de inserção de novos atores no suprimento de necessidades da população.

Nesse contexto, afloraram no país as discussões sobre a atuação das organizações diante das questões sociais, haja vista que a iniciativa privada tem se tornado coadjuvante de importantes mudanças. O GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), criado em 1995, reúne as organizações que realizam investimentos sociais no país, dando-se destaque ao

³ Artigo apresentado no XIX SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, em dezembro de 2022 e em processo de avaliação pela Revista Eletrônica de Administração (REAd).

Investimento Social Privado (ISP), que consiste no “repasso voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais, culturais e científicos de interesse público” (GIFE, 2022).

Desse modo, a iniciativa privada tem realizado importantes ações, buscando, juntamente com outros atores e em conjunto com o setor público, satisfazer as demandas da sociedade. Destaca-se, no entanto, que “o aparelho de governo não perde relevância, mas ele passa a fazer parte de sistemas de governança mais amplos” (ANDION et al., 2010, p. 3). Com esse objetivo, o Investimento Social Privado (ISP) é difundido como uma forma de a iniciativa privada participar, principalmente através da distribuição de recursos financeiros ou não, desses sistemas de governança.

Segundo Andion et al. (2010), o ISP envolve a participação do setor público e do setor privado, e sua atuação é ampla, podendo ocorrer a nível local ou em um contexto mais amplo, através da interação entre os diversos atores envolvidos. Tem crescido, portanto, o interesse das empresas pela participação no cotidiano das comunidades, passando “a não ser mais tão somente agentes econômicos, mas também agentes sociais e culturais” (GARAY, 2011, p. 97).

Em relação à participação da iniciativa privada no suprimento de demandas sociais, Almeida e Cabral (2009) destacam a necessidade da atuação das organizações visando efeitos de longo prazo, que proporcionem melhorias para a comunidade. Desse modo, tendo em vista o conceito de ISP exposto acima, observa-se a importância do planejamento, bem como do acompanhamento das ações realizadas, para que sejam capazes de gerar benefícios duradouros para a população.

Observa-se, ainda, que as áreas beneficiadas pelo ISP são diversas, incluindo cultura, educação, meio ambiente, dentre outras, as quais são definidas de acordo com as necessidades da comunidade. Esse é, inclusive, um dos três aspectos fundamentais do ISP destacado por Nogueira e Schommer (2009), segundo os quais deve-se prezar pelo interesse público como finalidade principal do investimento realizado, não os interesses dos investidores.

Entretanto, isso nem sempre é priorizado no direcionamento dos investimentos e, muitas vezes, essa lógica é invertida. Essa discussão foi realizada por Milani Filho (2008), sendo exemplificada pelo fato de que empresas como as de armas e de cigarros, associadas a externalidades negativas, buscam realizar investimentos sociais com o intuito de melhorar sua imagem perante a sociedade. Assim, os interesses da empresa são colocados à frente das demandas sociais e a finalidade do ISP, que deve ser o interesse público, é desviada em favor dos interesses dos investidores.

Quando os recursos são destinados de acordo com as demandas sociais, o Investimento Social Privado alcança sua finalidade. Essa temática, apesar de recente, tem ganhado cada vez mais relevância, haja vista o montante de recursos investidos, que, em 2018, somaram R\$ 3,25 bilhões, de acordo com o Censo GIFE referente a esse ano (GIFE, 2019). Já em 2020, segundo o Censo GIFE de 2020 (GIFE, 2021), o montante de recursos aportados pelos associados em investimentos sociais somou cerca de R\$ 5,3 bilhões.

Ainda segundo o GIFE (2022), o ISP reúne três elementos fundamentais, que são inerentes ao seu conceito e que o diferencia de ações assistencialistas, sendo eles a preocupação com planejamento, monitoramento e avaliação dos projetos, a estratégia voltada para resultados sustentáveis de impacto e transformação social, e o envolvimento da comunidade no desenvolvimento da ação. Esses elementos descritos pelo GIFE se relacionam diretamente com os aspectos fundamentais do ISP descritos por Nogueira e Schommer (2009), que são a origem de recursos, que deve ser privada e voluntária; a forma de atuação da organização investidora, que deve ser planejada, monitorada e sistemática; e a finalidade do investimento, que deve ser o interesse público.

O GIFE, que se autointitula uma “plataforma de fortalecimento da filantropia e do investimento social privado no Brasil” (GIFE, 2022), é composto por mais de 160 (cento e sessenta) associados que são organizações que almejam investir no social de modo a cumprir esses aspectos. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo **descrever como as organizações investidoras abordam o Investimento Social Privado (ISP) em seus relatórios de atividades e como esses investimentos sociais são realizados.**

Para isso, serão mapeadas as organizações que compõem o GIFE e suas respectivas práticas de Investimento Social Privado (ISP) e, posteriormente, será caracterizado como se dá a atuação dessas organizações, que são braços sociais das empresas. A análise será feita tendo como dados os relatórios de atividades dos associados GIFE do ano de 2019, conforme será explicado nos procedimentos metodológicos.

Destaca-se ainda que, apesar de ser uma temática recente, existem diversos trabalhos sobre o Investimento Social Privado, a exemplo de Andion et al. (2010), Catarina e Serva (2004), Gentil e Ferreira (2019), Milani Filho (2008), Nogueira e Schommer (2009), Perret e Junqueira (2011) e Schommer (2000). No entanto, o ISP é um tema amplo e possui muitas questões que precisam ser debatidas, destacando-se a forma como ele é abordado pelas próprias organizações investidoras.

Além disso, espera-se perceber, por meio da análise dos relatórios de atividades dessas organizações, se há ou não utilização dos investimentos sociais como um meio de promoção da

imagem da empresa. Em seu estudo, Catarina e Serva (2004) constataram que as empresas analisadas contrariavam essa lógica, assim, os investimentos sociais não eram utilizados como uma forma de promover a empresa. Todavia, os autores sugerem que essa análise seja feita em outras organizações que realizam investimentos sociais.

Diante dos objetivos propostos acima, este trabalho busca contribuir para o entendimento acerca da atuação das empresas, por meio do Investimento Social Privado, como agentes de mudança nas comunidades onde atuam. A partir disso, pretende-se contribuir para que mais estudos sejam realizados, de forma a ampliar os conhecimentos sobre a temática do Investimento Social Privado.

2 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

O Estado deixou de ser o único responsável pelas mudanças sociais, compartilhando essa responsabilidade com outros agentes, como a iniciativa privada e as organizações do terceiro setor (PERRET; JUNQUEIRA, 2011). Tendo em vista o contexto brasileiro, isso pode ser explicado devido ao fato de que as parcerias entre Estado e setor privado, instituídas durante o governo Lula e continuadas pelo governo de Dilma Rousseff, direcionaram-se à expansão dos setores de produção, promovendo melhorias na infraestrutura do país (MOTTA, 2016).

Diante disso, a participação da iniciativa privada na resolução de questões sociais tem ganhado destaque. Conforme Garay (2011), as organizações ampliaram sua participação para além do setor econômico, atuando também no âmbito social. Observa-se, portanto, que a resolução dos problemas sociais não é mais preocupação apenas do Estado, mas de diversos agentes, os quais, interagindo entre si, têm implementado importantes mudanças na sociedade.

Nesse contexto, surgem novos conceitos que buscam caracterizar essa interação, sobretudo em relação às organizações. Dentre eles, destaca-se o Investimento Social Privado (ISP) que, conforme Nogueira e Schommer (2009), busca descrever a atuação da iniciativa privada nas questões sociais, diferenciando-se da filantropia tradicional. Além disso, de acordo com os autores, os responsáveis pelo desenvolvimento desse novo conceito foram o GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) e o IDIS (Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social).

Ademais, Schommer (2000) define o investimento social empresarial como aquele voltado diretamente para as comunidades, geralmente realizado em parceria com outras organizações, e que não está relacionado com exigências legais, ou seja, é uma ação voluntária.

O ISP, conforme Catarina e Serva (2004), diferencia-se das ações de caridade, pois envolve a participação da comunidade e busca-se mensurar os resultados gerados pelas ações realizadas.

Buscando uma melhor compreensão desse conceito, Nogueira e Schommer (2009, p. 3) estabeleceram três importantes aspectos do Investimento Social Privado:

1. a origem dos recursos: privada e voluntária (o que a diferenciaria de outros tipos de investimento, de origem compulsória, como parte dos recursos do Sistema S);
2. a forma de atuação: planejada, monitorada e sistemática (fundamentalmente, buscando resultados, em contraposição às práticas bem-intencionadas mais voluntaristas, amadoras e supostamente ineficientes da caridade tradicional);
3. a finalidade: projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público (colocando-o acima de interesses privados que a empresa ou o filantropo possam ter ao investir no social).

No Brasil, onde as necessidades da população não são atendidas sempre de forma satisfatória, o Investimento Social Privado é de grande importância (PAGOTTO et al., 2016). Em relação a isso, Perret e Junqueira (2011) destacam a representatividade econômica e o poder de mobilização das empresas, assim, não se deve subestimar sua atuação no âmbito social. Outros motivos pelos quais as empresas realizam o ISP, de acordo com Almeida e Cabral (2009, p. 66), são: “ética, cobrança da sociedade, melhoria da imagem da empresa, complementação das ações do governo, satisfação pessoal, incentivos fiscais”.

Entretanto, Schommer (2000) afirma que essa atuação tem sido utilizada como um meio para tornar a empresa mais competitiva. Desse modo, a finalidade principal do ISP, que deve ser o interesse público, é descumprida. Cabe destacar que um dos preceitos para se garantir a observância do interesse público na escolha, formulação e implementação dos projetos sociais beneficiados pelo ISP é a participação social durante o processo. Assim como o GIFE (2022) afirma, um dos aspectos fundamentais do ISP é o envolvimento da comunidade no desenvolvimento da ação.

Esse envolvimento deve existir desde a escolha dos projetos que receberão recursos, passando por sua formulação, implementação até sua avaliação. Atualmente, a maior participação social nas decisões públicas permite maior debate acerca das parcerias público-privadas, bem como a inserção da iniciativa privada em questões de cunho social, tal como suprimento de demandas da comunidade (ALMEIDA; CABRAL, 2009).

A participação social é também um dos pilares do conceito de *accountability* que, apesar dos debates estabelecidos por Campos (1990) e, posteriormente, por Pinho e Sacramento (2009) sobre a dificuldade de se traduzir e conceituar o termo, pode-se ao menos dizer que abrange a transparência da gestão, a qualidade da informação, a responsividade dos agentes, a prestação

de contas, o controle social e a própria participação social. Considerando-se em conjunto a *accountability* - entendida aqui mais como prestação de contas e responsividade - e a participação social, tem-se dois dos principais desafios do ISP.

Segundo Alves, Nogueira e Schommer (2013), há muitas fragilidades em relação à transparência, avaliação e *accountability* na gestão do ISP, por falta de familiaridade com a prática e por aspectos culturais que ainda não favorecem esse cenário. O pouco envolvimento das comunidades nos processos de investimento também é considerado uma fragilidade das práticas de ISP, que deve ser superada. Além desses, Alves, Nogueira e Schommer (2013) citam outros desafios enfrentados pelas organizações investidoras, tais como o contexto institucional-legal do Brasil, que é desfavorável por ser repleto de regras dúbias, elevado nível de burocracia e excesso de controle estatal; e a desconfiança em parcerias público-privadas que ainda é presente.

Nesse contexto brasileiro, a inserção da iniciativa privada na esfera pública enfrenta múltiplos desafios. Por um lado, tem-se a opinião fortemente contrária a isso, devido ao caráter competitivo de desmonte e descaracterização do público frente ao privado, com a crença de que a iniciativa privada não é capaz de observar o interesse público acima do interesse próprio e, assim, não seria capaz de atuar em conjunto com o setor público no suprimento de demandas sociais.

Por outro lado, tem-se o objetivo de inserir de maneira desmedida a iniciativa privada na esfera pública, supervalorizando o privado sobre o público. Nesse sentido, crescem os discursos de privatização de empresas estatais e serviços públicos. Além disso, considera-se que não há problema em atender prioritariamente aos interesses privados, de forma que o interesse público se torna mais um interesse a ser observado, não mais o foco das ações. É importante ressaltar, no entanto, que nenhuma dessas visões é compatível com o ISP, uma vez que ele insere a iniciativa privada na dinâmica pública, mas sem que haja a supervalorização do privado e ainda tendo o interesse público como o foco.

Conforme afirma Pagotto et al. (2016), as transformações sociais e os novos arranjos que trazem a interação entre a iniciativa privada, o setor público e a sociedade civil redefinem o papel das empresas privadas e o que a sociedade, de forma geral, espera delas. O papel das empresas deixa de ser exclusivamente a busca pelo lucro dos acionistas, passando a ser também a busca da satisfação dos colaboradores e da comunidade onde ela está inserida, além de cuidados com a proteção, conservação e preservação do meio-ambiente.

Assim, a forma de atuação das organizações, a finalidade dos investimentos, a participação social e a *accountability* passam a ser demandados pela sociedade civil e pelos

governos como parte do papel social das empresas. Esses aspectos, segundo Catarina e Serva (2014) tornam-se, inclusive, um fator de competitividade, de modo que as organizações socialmente responsáveis promovem sua imagem frente aos diferentes stakeholders.

Caso o interesse público seja observado, cumprindo a finalidade do ISP, não deve haver problema por uma das consequências desse investimento ser a promoção da imagem da empresa, de modo que tanto a comunidade, quanto o governo e a iniciativa privada saem beneficiados desses novos arranjos estabelecidos. Ressaltando-se, sempre, a observância do interesse público.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste trabalho é descrever como as organizações investidoras associadas ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) abordam o Investimento Social Privado (ISP) em seus relatórios de atividades e como esses investimentos sociais são realizados. As organizações que compõem o GIFE serão mapeadas e caracterizadas, bem como suas respectivas práticas de ISP.

Tal caracterização dos investimentos foi feita quanto ao perfil da organização, aos estados por ele atendidos e à área de abrangência do investimento realizado, à sua área de atuação e aos tipos de projetos fomentados, e aos valores investidos. As informações serão buscadas no sítio do GIFE e serão utilizados como amostra todos os relatórios de atividades do ano de 2019 de seus cento e sessenta e dois associados (número de associados do mês da coleta dos dados da pesquisa, março de 2022). O ano de 2019 foi escolhido por ser o ano mais recente sem os efeitos extraordinários da pandemia de COVID-19.

Os documentos analisados – relatórios de atividades das organizações – são documentos que contêm informações organizacionais descritivas, como seu perfil, atividades fim, porte, área de abrangência, missão, valores e demais aspectos de caracterização. Além disso, contêm informações qualitativas em relação às ações realizadas no período base, aqui sendo o ano de 2019, como os investimentos que foram realizados, o que a organização alcançou de resultados, quais foram as metas operacionais e demais informações similares. Por não haver um padrão estrito sobre sua apresentação, os relatórios diferem entre si quanto às informações presentes, mas, em geral, têm o que foi apontado anteriormente.

Para a análise dos dados, foi utilizado o método de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), a partir do modelo de grade fechada, em que as categorias analíticas são definidas a priori, a partir da literatura abordada. Assim, as categorias analíticas construídas se pautam nos

três aspectos fundamentais do Investimento Social Privado (ISP) definidos por Nogueira e Schommer (2009) e nos elementos fundamentais do ISP segundo o GIFE, a fim de se verificar como eles se relacionam e como o ISP pode contribuir para o suprimento de demandas sociais.

Portanto, as categorias analíticas serão a origem de recursos, a forma de atuação da organização investidora, a finalidade do investimento, a existência ou não da participação social e como ela se dá, e a *accountability*. A origem de recursos busca verificar se de fato os recursos são de origem privada e voluntária, não podendo ser de origem compulsória; a forma de atuação da organização investidora busca entender se há a busca pelos resultados, de modo que o investimento seja realizado de forma planejada, monitorada e sistemática; a finalidade do investimento busca perceber se há vieses de interesse privado ou se o interesse público é o alvo, o que cumpriria tanto a normativa do ISP quanto o objetivo de suprir demandas sociais; a participação social, que busca entender se os cidadãos participam da definição de suas demandas e do processo de escolha e implementação dos projetos sociais beneficiados; e a *accountability*, que pretende analisar a transparência e qualidade da informação prestada e a responsividade da organização investidora, bem como os mecanismos de controle social que a sociedade dispõe em relação à organização investidora e aos projetos sociais beneficiados.

O Quadro 1 mostra as categorias analíticas que serão utilizadas, qual aspecto será analisado nos relatórios em cada categoria e a literatura que as embasa.

Quadro 1: Categorias analíticas

Categorias analíticas	Aspecto a ser analisado	Embasamento teórico
Origem de recursos	Fonte de recursos utilizada para os investimentos, e se de fato é de origem privada e voluntária.	Nogueira e Schommer (2009), Andion et al. (2010), GIFE (2022)
Forma de atuação da organização investidora	Forma de atuação da organização, cujo objetivo é que seja planejada, monitorada, sistemática e voltada para resultados.	Nogueira e Schommer (2009), Andion et al. (2010), GIFE (2022)
Finalidade do investimento	Processo de escolha e área dos investimentos, motivação da escolha e objetivo do(s) projeto(s) beneficiado(s), se observa o interesse público como alvo.	Nogueira e Schommer (2009), Andion et al. (2010), GIFE (2022), Andion (2012), Viegas (2011)
Participação social	Se há participação dos cidadãos na definição de suas demandas e do processo de escolha e implementação dos projetos sociais beneficiados.	Nogueira e Schommer (2009), Andion et al. (2010), GIFE (2022), Andion (2012), Almeida e Cabral (2009)

<i>Accountability</i>	Transparência e qualidade da informação, prestação de contas, responsividade, controle social.	Andion et al. (2010), Andion (2012), Campos (1990), Pinho e Sacramento (2009)
-----------------------	--	---

Fonte: Elaboração própria.

Essas categorias analíticas serão analisadas, juntamente com os resultados da pesquisa, na seção seguinte.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Análises gerais das organizações investidoras

As organizações investidoras foram caracterizadas quanto ao perfil da organização, aos estados por ele atendidos e à área de abrangência do investimento realizado, à sua área de atuação e aos tipos de projetos fomentados, e aos valores investidos. Essa caracterização visa entender qual o panorama geral do Investimento Social Privado (ISP) no país, visto que as organizações investidoras selecionadas são associadas ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) que é a principal associação e referência no tema do ISP no país.

Durante o mês de coleta de dados relacionados aos associados GIFE - março de 2022 - havia 162 (cento e sessenta e dois) associados ao grupo. Desses, 9 (equivalente a 5,56%) não possuíam classificação quanto ao perfil da organização, 1 (0,62%) estava classificado como Fundação ou Instituto Comunitário, 18 (11,11%) estavam classificados como empresa, 20 (12,35%) como Fundação ou Instituto Independente, 29 (17,9%) como Fundação ou Instituto Familiar, e 85 (52,47%) como Fundação ou Instituto Empresarial.

Em relação aos estados de atuação e à área de abrangência do investimento realizado, 94 (58,02%) organizações afirmam atuar em São Paulo, estado com maior representatividade de investimentos sociais. Em segundo lugar, tem-se o Rio de Janeiro, cujos investimentos sociais são realizados por 26 (16,05%) organizações, seguido por Minas Gerais, com 13 (8,02%). O Distrito Federal aloca investimentos de 9 (5,56%) organizações, o estado do Rio Grande do Sul de 8 (4,94%), o Ceará e o Paraná de 5 (3,09%), o Amazonas, Pará, Pernambuco e Maranhão de 4 (2,47%), a Bahia, Mato Grosso do Sul e Paraíba de 3 (1,85%), o Espírito Santo, Mato Grosso, Alagoas e Goiânia de 2 (1,23%), e Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Acre, Amapá, Piauí, Roraima, Sergipe e Tocantins de apenas 1 (0,62%) organização. Além disso, 15 (9,26%) organizações não explicitaram os estados de atuação.

Quanto à área de atuação das organizações investidoras e aos tipos de projetos fomentados, percebe-se que educação é a área prioritária para investimentos, com 106 (65,43%) organizações com investimentos. Outras áreas que recebem investimentos de um volume significativo de organizações são a formação de jovens para o trabalho e/ou para a cidadania, com 54 (33,33%) organizações; meio ambiente e cultura e artes, ambas com 52 (32,1%); desenvolvimento comunitário/de base, com 48 (29,63%); apoio à gestão de organizações da sociedade civil, com 46 (28,4%); geração de trabalho e renda, com 45 (27,8%), saúde e defesa de direitos, ambas com 39 (24,07%); esporte e recreação, com 38 (23,46%); assistência social, com 33 (20,37%); e comunicação com 27 (16,67%).

As demais áreas recebem investimentos de, no máximo, 10% das organizações associadas ao GIFE. São elas: cultura, empreendedorismo, diversidade, impacto social, desenvolvimento local, desenvolvimento sustentável, juventude, desenvolvimento econômico, educação financeira, mobilidade urbana, pesquisa, cidadania, direitos humanos, proteção à infância, mudanças climáticas, alimentação, empoderamento do jovem, gestão pública, equidade racial, terceira idade, transparência e responsabilidade governamental, combate à pobreza e à desigualdade, combate ao consumo nocivo de bebidas alcoólicas, democracia, qualidade de vida, e mulheres. Ressalta-se que 9 (nove) organizações não especificaram a área de atuação.

Ao analisar-se os valores investidos, percebe-se que poucos relatórios trazem explicitamente esses dados. Apenas cerca de 15% das organizações informam os valores de seus investimentos sociais nos relatórios disponibilizados de forma objetiva e explicitando o volume de recursos e sua relação com a receita ou lucro, o que dificulta uma análise mais aprofundada em relação à porcentagem desse lucro que tais organizações destinam a esse tipo de investimento.

Os valores investidos, considerando-se os relatórios de 2019, variam de próximo de R\$ 100 mil até mais de R\$ 600 milhões por organização em um exercício, a depender do porte da organização e do seu interesse em investir no social. Segundo informações do Censo GIFE de 2020, as organizações investem montantes variados de recursos, sendo que, em 2020, 39% investiram até R\$ 6 milhões, e 20% investiram mais de R\$ 20 milhões (GIFE, 2021).

Um ponto importante a ser destacado em relação aos relatórios de atividades das organizações investidoras é que muitas vezes os aspectos publicitários sobrepõem-se aos aspectos informativos, de forma que há mais informações que enaltecem a imagem da organização do que informações acerca do investimento em si. Essa observação corrobora o discutido por Milani Filho (2008) acerca do uso dos investimentos sociais para autopromoção.

Além disso, corrobora também com o discutido por Nogueira e Schommer (2009) acerca da finalidade do investimento social privado, que deve ser projetos sociais de interesse público acima dos interesses privados da organização investidora, tais como vantagens competitivas ou como estratégias de marketing. Entretanto, é necessário perceber que a iniciativa privada possui interesses próprios e que, observando-se os interesses públicos, não deve haver problema em se observar também os interesses da própria organização.

4.2 Análises categóricas dos relatórios de atividades das organizações investidoras

Para compreender como se dá o processo de investimento social das organizações investidoras e se os princípios norteadores do Investimento Social Privado (ISP) são observados, buscou-se nos relatórios de atividades das organizações associadas ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) analisar as seguintes categorias: origem de recursos, a forma de atuação da organização investidora, a finalidade do investimento, a existência ou não da participação social e como ela se dá, e a *accountability*.

Analisando-se a **origem de recursos**, é possível perceber que os relatórios em geral não trazem essa informação de forma detalhada, focando principalmente nos projetos sociais realizados e nos impactos por eles causados. Como dito por Nogueira e Schommer (2009), a origem de recursos deve ser privada e voluntária, para que seja diferenciada de formas de investimento compulsórias. O sítio eletrônico do GIFE (2022) também traz esses dois aspectos, ao definir o ISP como o “repasso voluntário de recursos privados”. Sendo assim, buscou-se encontrar nos relatórios os aspectos que confirmariam essa origem.

Apesar de os relatórios não apresentarem sempre essa informação, aqueles que apresentam trazem que a origem de recursos é, de fato, privada e voluntária. No entanto, muitos relatórios afirmam que os investimentos são realizados através de Leis de Incentivo Fiscal, que funcionam como uma renúncia fiscal instituída pelo poder público. A fim de promover o desenvolvimento social e econômico, o governo permite que pessoas físicas e jurídicas repassem parte dos recursos destinados a tributos para projetos sociais voltados à cultura, ao esporte, à saúde, à educação, dentre outras áreas.

Apesar de existir um mecanismo legal que incentiva esse tipo de investimento, o seu caráter voluntário ainda existe, pois é uma opção da organização se utilizar dessas leis de incentivo ou não para destinar seus recursos. Vários relatórios apontam que utilizam tanto de recursos próprios oriundos apenas dos lucros remanescentes quanto de recursos de tributos

devido às leis de incentivo fiscal. Isso pode ser observado no exemplo a seguir, extraído de um dos relatórios de atividades analisado:

Em 2019, 31% dos investimentos sociais foram realizados com recursos próprios e 69% com recursos de leis de incentivo.

Além disso, alguns relatórios mostram uso de outra modalidade de investimento social, que seriam os Fundos Patrimoniais ou *endowments*. São fundos filantrópicos que são formados a partir de uma quantia inicial advinda de doação de bens ou recursos que é investida a fim de financiar, com os rendimentos obtidos, as atividades desejadas (GIFE, 2022). Assim, tornam as organizações mais independentes e possibilitam maior volume de investimentos em projetos sociais.

Em relação aos Fundos Patrimoniais, o governo sancionou em 2019 a Lei nº 13.800, que dispõe sobre sua constituição e como eles devem ser gerenciados (BRASIL, 2019). Seu maior objetivo é mostrar a importância dos fundos patrimoniais como ferramenta para captar recursos privados a fim de fomentar o desenvolvimento social. São mais largamente utilizados nos Estados Unidos, como afirmado pelo GIFE (2022), mas estão ganhando destaque no cenário brasileiro também. O uso desses fundos pelas organizações analisadas pode ser observado de forma explícita nos trechos a seguir:

Os recursos provêm, em sua maioria, de ativos financeiros e participações societárias próprias, em modelo de financiamento *endowment*, similar ao adotado pela Universidade Harvard, em Cambridge (EUA), e por outras instituições internacionais de educação.

Os recursos foram provenientes, na maior parte, dos rendimentos de um fundo patrimonial próprio (*endowment*), constituído por intermédio da matriz global da [organização].

Outro aspecto destacado nos relatórios é o caso de fundações que possuem uma empresa mantenedora, ou seja, uma empresa que optou pela criação de uma fundação separada, como outra pessoa jurídica, que fosse a responsável por suas ações sociais. Dessa forma, essa empresa mantenedora destina recursos à sua respectiva fundação para que esta última defina os projetos sociais beneficiados.

É uma forma de organização administrativa que dá maior liberdade à fundação responsável pelas ações sociais da mesma forma que restringe o trabalho da empresa mantenedora, uma vez que não é ela quem terá que planejar, monitorar ou avaliar os resultados das ações. Um exemplo para a origem de recursos advindos de uma empresa mantenedora está apontado a seguir:

Os recursos para o desenvolvimento de suas atividades são obtidos por meio de contribuições das Empresas Mantenedoras, por ações ligadas às suas atividades.

Ademais, uma outra forma de origem de recursos apontada em alguns relatórios é parte de uma iniciativa da organização investidora que, além de investir socialmente, incentiva seus stakeholders a investirem também, assim como mostrado no exemplo a seguir:

As iniciativas da [organização] são financiadas por meio de doações. A cada 1 real doado por nossos mantenedores (colaboradores e estagiários), a [organização] doa o valor duplicado.

Nota-se, entretanto, que as informações a respeito da origem de recursos são apresentadas de forma direta e sucinta, sem detalhamento. Uma das questões a ser levantada a partir disso é o motivo de não haver maior profundidade quanto a esse aspecto e se isso pode ser devido ao foco dado aos relatórios que parece ser o de melhorar a imagem da organização. Ainda assim, cabe destacar que esse foi um dos pontos mais abordados nos relatórios analisados.

Analisando-se a **forma de atuação da organização investidora**, é possível perceber que algumas organizações já trazem em sua apresentação esse aspecto, mostrando a preocupação de descrever como é sua atuação em relação aos investimentos sociais realizados. Um exemplo disso pode ser observado a seguir:

A [organização] é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) independente, privada, de interesse público, sem vínculos político-partidários, com fins não econômicos, fundada em [ano]. Como entidade de assessoramento em assistência social, investe, co-cria e assessora, de forma gratuita, continuada, permanente e planejada programas e projetos dirigidos à população em situação de vulnerabilidade e risco social.

Além da preocupação com planejamento dos investimentos, um aspecto importante da forma de atuação das organizações investidoras é o caráter de monitoramento e avaliação dessas ações, visando seus resultados. Segundo Nogueira e Schommer (2009), o ISP deve buscar resultados, para que se diferencie de práticas caritativas que não monitoram suas ações. Segundo o GIFE (2022), um dos elementos fundamentais do ISP é ser uma “estratégia voltada para resultados sustentáveis de impacto e transformação social”. Sendo assim, pressupõe-se que as organizações investidoras têm essa preocupação, o que pode ser exemplificado pelo trecho a seguir:

Uma das prioridades da [organização] é avaliar e monitorar os projetos realizados por meio do mapeamento de resultados e do estabelecimento de indicadores específicos, capazes de mensurar o impacto real das ações realizadas.

Apesar de o exemplo apontado demonstrar preocupação com o monitoramento e avaliação dos investimentos sociais realizados pela organização investidora, esse aspecto aparece em poucos relatórios, sendo um fator que carece de detalhamento e precisa ser melhor abordado. Muitas práticas de investimento social ainda são próximas de práticas caritativas que destinam recursos sem que haja, de fato, a busca de resultados ou de impacto social significativo.

No entanto, é notável que várias organizações já estão se estruturando para garantir o monitoramento de suas ações ligadas ao ISP. Muitas delas criaram equipes cuja função é a de acompanhar os projetos sociais beneficiados para que seja possível avaliar o quão efetivo eles foram e se os objetivos iniciais foram alcançados. Além disso, apresentam de modo mais

explícito e detalhado como esse monitoramento é feito. Um exemplo desse aspecto pode ser observado no trecho a seguir:

A [organização] conta com uma equipe especializada que acompanha todas as fases da implementação de um projeto, desde sua modelagem até a avaliação de quão efetivo foi o impacto da atuação naquela comunidade. Para que os programas e projetos socioambientais na [organização] sejam executados, contamos com a parceria de diversas entidades sem fins lucrativos e/ou entidades governamentais. [...] O acompanhamento do investimento socioambiental é uma questão estratégica para a [organização], uma vez que permite, além de verificar os resultados alcançados, identificar as formas mais efetivas para sua execução. [...] O monitoramento e a avaliação de programas e projetos são importantes ferramentas de gestão e os resultados obtidos são utilizados para direcionar o trabalho desenvolvido e aprimorar as ações realizadas, além de trazer subsídios para a tomada de decisões e compreensão dos fatores de sucesso dos projetos. [...] A [organização] realiza o monitoramento dos programas e projetos apoiados por meio de visitas in loco ou à distância.

Entretanto, nota-se que os parâmetros utilizados são pouco explicitados, sendo informado de maneira vaga como as visitas são realizadas, o que motivaria o monitoramento ser por meio de visitas in loco ou à distância, quais os indicadores utilizados para se verificar a efetividade dos projetos, dentre outros aspectos. Da mesma forma, tem-se o exemplo a seguir:

Para assegurar maior eficiência e eficácia à destinação dos recursos, a [organização] realiza o monitoramento das iniciativas apoiadas por meio do Sistema de Gerenciamento de Projetos, para acompanhamento dos âmbitos social, pedagógico e financeiro dos projetos. Também são realizadas visitas in loco sempre que necessárias pela equipe da [organização], para garantir o cumprimento das metas pactuadas.

Ressalta-se que o fato de o relatório possuir uma parte específica destinada a caracterizar a forma de atuação da organização investidora já é um sinal de avanço em relação à preocupação com os investimentos sociais por ela realizados. Esse monitoramento muitas vezes é feito por meio de equipes, como explicitado anteriormente, ou por meio de conselhos, como o exemplo a seguir demonstra:

A [organização] possui um conselho que define a estratégia de atuação social da organização e acompanha os resultados dos projetos e do programa de voluntariado e as ações sociais das unidades da empresa.

Pode-se perceber que há a intenção de se monitorar as ações e de se avaliar seus resultados, uma vez que há um conselho especificamente criado para isso, porém há falhas no que diz respeito à forma como essa informação é disponibilizada e publicizada. Esse aspecto será mais bem abordado na análise da categoria de *accountability*.

Analisando-se a **finalidade do investimento**, é possível perceber que as organizações investidoras afirmam investir em projetos sociais de interesse público e afirmam também que esse interesse, além de ser observado, é o foco das ações. Isso pode ser visto nos exemplos a seguir:

“São investidos de acordo com as prioridades da comunidade, com base em análises da própria [organização]”, explica a diretora da organização.
São diferentes iniciativas de cunho social que consideram as necessidades e demandas locais.

Fica explícito, nos exemplos apresentados, que a busca pelo suprimento de demandas sociais é um balizador para a escolha dos projetos beneficiados. No entanto, o primeiro exemplo aponta que as análises para se entender quais são as prioridades da comunidade são feitas pela própria organização, sem explicitação de como isso é realizado e quais as formas que a organização encontrou para que, efetivamente, fosse captado o interesse público.

Já o segundo exemplo denota que as necessidades e demandas locais são consideradas na definição das iniciativas, mas também não explica como isso é feito. Assim, resta o questionamento se de fato o interesse público está sendo observado, uma vez que isso não é detalhado nos relatórios e o procedimento utilizado para se optar por um ou outro projeto social beneficiado também não é informado.

Apesar disso, as organizações, de forma geral, afirmam ter como objetivo a transformação social e o desenvolvimento da comunidade onde atuam, ainda que, paralelo a isso, objetivem também algum retorno institucional. Um exemplo disso pode ser observado no trecho a seguir:

A [organização] também patrocinou com recursos próprios diversos projetos e eventos, sempre atentando às diretrizes da Política de Patrocínios e Doações e balizando suas decisões e priorizações de investimento em critérios pré-estabelecidos, como o retorno institucional e o alcance e transformação social, entre outros.

Em relação a isso, resta a discussão acerca do foco do ISP. A literatura aponta que o foco deve ser o interesse público, não o interesse da organização investidora. No entanto, a iniciativa privada tem interesses próprios que devem ser observados a fim de que sua existência não seja comprometida. Em contrapartida, o poder público deve sempre ter como prioridade o interesse público.

Caso esses interesses possam se alinhar de alguma forma, ou seja, caso a iniciativa privada tenha um interesse que se aproxime do interesse público, então é possível que suas ações sejam benéficas para ambas as partes. Essa busca por alinhamento de interesses pode ser observada no exemplo a seguir:

Uma das formas de atuação é por meio do Edital [da organização], através do qual a instituição apoia o desenvolvimento de projetos sociais realizados por organizações da sociedade civil, alinhados à sua missão.

Outra preocupação das organizações investidoras e que tem sido discutido em termos de definição do papel social das empresas é o impacto local e global das ações realizadas, de modo a atender ao maior número possível de stakeholders. As diferentes dimensões possuem interesses distintos, mas há organizações, cujo volume de recursos e alcance é superior, que são capazes de atender ambos. O exemplo a seguir ilustra essa busca:

Na companhia, temos gerenciado essas demandas globais de algumas formas. Além da [organização local], contamos, em nível global, com a [organização global]. As duas instituições se complementam na medida em que a [organização local] tem o

olhar para o local, tendo sua nova estratégia focada em geração de trabalho e renda, educação e engajamento social, e a [organização global] para o global, com foco na biodiversidade e emissão de carbono. Dessa forma, conseguimos levar para os nossos stakeholders aspectos relevantes tanto do ponto de vista local, quanto do global.

Ademais, em um volume significativo de relatórios, as entidades descrevem que a escolha dos projetos está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), verificando-se, portanto, a adesão dos associados GIFE a esses objetivos globais. Na descrição dos projetos de várias organizações investidoras estão indicados quais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU os projetos buscam atender, como mostrado nos exemplos a seguir:

O trabalho da [organização] está alinhado também às tendências internacionais – a exemplo dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

O investimento social privado desempenha um importante papel para acelerar a implementação da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Diante disso, a [organização] aprofundou sua conexão com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a partir da avaliação da aderência dos projetos aos objetivos e da correlação com suas metas.

Percebe-se, portanto, grande preocupação em se alinhar as metas próprias da organização com as demandas locais e com os objetivos globais de desenvolvimento. Dessa forma, acredita-se que o interesse público está sendo seguido e, uma vez que isso acontece, a iniciativa privada se torna também agente na promoção do bem-estar social, agindo em conjunto com o poder público e participando ativamente dos novos arranjos institucionais característicos da nova fase da administração pública.

Analisando-se a categoria da **participação social**, é possível perceber que também há preocupação por parte das organizações investidoras em ouvir a comunidade e em permitir que ela participe ativamente do processo de investimento. Essa busca por integrar a sociedade à tomada de decisão pode ser observada nos trechos a seguir:

Em 2019, as iniciativas de voluntariado foram fortalecidas, assim como as parcerias locais, com um engajamento mais ativo dos Conselhos Consultivos de Relações Comunitárias existentes nas três localidades em que atua a [organização] [...]. A mudança de atuação é fruto de um amplo processo de diagnóstico e planejamento realizado em 2018 a partir da escuta ativa e colaborativa com mais de 120 representantes da sociedade civil, funcionários da empresa, gestores públicos e especialistas em investimento social privado (ISP).

As ações desenvolvidas serão acompanhadas durante aproximadamente três anos, e as temáticas priorizadas foram levantadas e validadas tanto pelos colaboradores da [organização] localmente como pelas lideranças locais mapeadas.

Nota-se que a criação de conselhos é uma das ferramentas utilizadas para se criar um ambiente mais participativo, de forma que eles atuem como ponte entre a organização e a comunidade. Outra ferramenta utilizada é a escuta ativa e colaborativa, que cria a oportunidade de a comunidade local definir seus próprios interesses e as áreas prioritárias para a implementação de projetos sociais. Percebe-se também a preocupação de se consultar

especialistas em ISP, de forma a realizar investimentos que cumpram os objetivos propostos e, assim, provoquem transformação social.

Outro aspecto relevante é o da participação social no monitoramento e avaliação das ações. A comunidade, dessa forma, participa não apenas da definição de suas demandas, mas também da avaliação dos resultados obtidos com os projetos implementados, a fim de verificar o que poderia ser modificado para que haja ainda mais impactos positivos. Não obstante, é relevante que haja participação social no repasse de informações acerca dos investimentos realizados. Um exemplo disso pode ser observado no trecho a seguir:

Os dados qualitativos e quantitativos abordados neste relatório estão relacionados a uma relação de temas relevantes para alunos e seus familiares, professores, demais funcionários e parceiros de negócios. Esses foram identificados como públicos estratégicos por serem impactados diretamente por nossa atividade e integrarem nossa cadeia de valor. [...] Mantemos diferentes canais de diálogo com nossos principais públicos, e divulgamos nossos resultados como boa prática de transparência.

Percebe-se que há menção contínua de abertura da organização aos diferentes stakeholders, como mencionado com a existência de canais de diálogo. Além disso, definiu-se qual o público estratégico para essa organização, a fim de envolvê-lo mais ativamente no processo de investimento. Outra forma relevante e atual de se relacionar com os diferentes públicos, trazendo a comunidade mais para dentro da dinâmica do ISP, é por meio do uso de redes sociais, que servem como uma forma de interação com a comunidade e de divulgação dos resultados dos investimentos realizados. Os exemplos a seguir ilustram esse aspecto:

O aplicativo [nome do aplicativo], lançado em 2016, é utilizado pela [organização] para interagir com o público e identificar temas relevantes. Disponível na Play Store e no App Store, trata-se de um jogo de perguntas e respostas sobre educação alimentar, com 400 questões agrupadas por temas, nas quais os conhecimentos sobre alimentação equilibrada são apresentados de maneira lúdica e gratuita para qualquer interessado.

A [organização] busca manter espaço de comunicação estruturado, permanente e acessível a todos os públicos com os quais se relaciona. O site da [organização e site] é visualizável em diversas plataformas, com acessibilidade para deficientes auditivos e visuais. Apresenta as informações institucionais, os canais de contato, além de conteúdo diversificado, como projetos, ações, parcerias firmadas e participações em eventos e fóruns voltados para as atividades da instituição, além de conectar milhares de pessoas em suas Redes Sociais, pelo Instagram e Facebook.

Percebe-se que as formas de participação social têm evoluído e se tornado mais abrangentes, principalmente com a adesão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na dinâmica das organizações e da sociedade como um todo. Nos trechos apresentados fica explícita a forma como essas tecnologias auxiliam na interação entre a organização e a comunidade onde ela está inserida. A busca pela manutenção de um espaço de comunicação aparenta ser constante e ser um dos focos das organizações investidoras.

Todavia, a participação social ainda é um aspecto presente em poucos relatórios, de forma explícita e estruturada. Muitos relatórios ainda trazem esse aspecto de forma incipiente

e pouco detalhada, além de focar na disponibilização de informações de modo mais frequente do que se foca em trazer a comunidade de forma ativa para a tomada de decisão. Assim como a discussão em relação à definição do interesse público, cabe discutir aqui qual a parte da sociedade que é integrada a essa dinâmica do ISP e, ainda mais importante, se é a parte da comunidade que mais precisa de ajuda que está participando desse processo ou se ela continua sendo excluída.

A participação social deve ser um aspecto a ser considerado em todas as etapas do ISP, como a definição das demandas sociais, a formulação dos projetos sociais beneficiados, sua implementação, o monitoramento das ações, bem como sua avaliação e, por fim, na redefinição de metas de acordo com as avaliações feitas e com os resultados obtidos. Entretanto, ela ainda é presente de forma superficial nessas etapas e participa, majoritariamente, como parte passiva dessa dinâmica.

Analisando-se a categoria da *accountability*, é importante destacar que, dentre os seus aspectos - transparência e qualidade da informação, prestação de contas, responsividade, controle social -, o que mais foi observado nos relatórios foi a transparência e a prestação de contas, não havendo menções significativas de responsividade ou controle social. Além disso, os aspectos mais abordados foram os valores investidos, ainda que não estivessem presentes em muitos relatórios, e a forma de investimento. Três exemplos estão presentes a seguir:

Investimento de R\$ 1,8 milhão em 16 projetos locais.
R\$ 9.242.481,36 investidos via leis de Incentivo Fiscal.
Contemplando os diversos municípios onde a [organização] está presente, 72 iniciativas culturais, esportivas e sociais receberam o aporte de R\$ 13,5 milhões, valendo-se das leis federais e estaduais de incentivo, o que representou um aumento de 12,5% em relação ao número de projetos e de 5,5% em relação ao montante aplicado, comparativamente ao ano de 2018. Para manter os programas [nomes dos programas], a [organização] fez um investimento social de aproximadamente R\$ 13 milhões em 2019, além da doação de 900.000 toneladas de agregado siderúrgico e de cerca de 20.000 mudas de plantas.

Percebe-se que a descrição não é muito detalhada acerca dos valores ou das destinações, focando majoritariamente no valor investido. Além disso, não explicita o percentual que o investimento representa em relação à capacidade financeira da organização, ou qual a porcentagem do lucro líquido que foi destinada a esses investimentos. Assim, é possível refletir qual a qualidade dessas informações fornecidas, uma vez que não há parâmetros presentes que possibilitem maiores análises dos investimentos realizados.

O aspecto mais destacado nos relatórios foi, por sua vez, o quanto as organizações disponibilizam de ativos tangíveis ou intangíveis em prol de seus investimentos sociais, trazendo mais o caráter propagandístico do que o de prestação de contas ou *accountability*. Um exemplo de ênfase na contribuição realizada pelas organizações está presente a seguir:

Programa de voluntariado visa engajar funcionários, estagiários, familiares e prestadores de serviço em ações sociais, além de concretizar e reafirmar o compromisso da [organização] em promover o voluntariado empresarial como instrumento de mobilização social, cidadania e desenvolvimento de pessoas. Conta com um Grupo de Trabalho composto por cerca de 25 funcionários, que se reúnem mensalmente e apoiam as estratégias e a operacionalização do programa. Em 2019, 138 voluntários doaram tempo, trabalho e talento em 18 ações presenciais e cinco campanhas de arrecadação, totalizando 1.535 horas de dedicação. O alcance foi de 19 organizações, beneficiando 1.440 pessoas.

É possível perceber que há mais detalhamento em relação às contribuições feitas do que em relação ao processo ou à participação social ao longo das tomadas de decisão. Dessa forma, o caráter passivo é mais uma vez predominante na dinâmica do investimento. Entretanto, isso não invalida a proposta do ISP, apenas denota que há avanços necessários que tornem o processo mais participativo e colaborativo do que ele atualmente demonstra ser.

Como mencionado anteriormente, a transparência e a prestação de contas são uns dos aspectos da *accountability* que mais aparecem nos relatórios de atividades analisados. Percebe-se também preocupação por parte das organizações investidoras em ser transparentes, de modo a se enquadrarem nas novas exigências sociais e econômicas vigentes. Alguns exemplos podem ser observados a seguir:

A [organização] conduz suas atividades seguindo padrões éticos nas relações com diversos públicos e as melhores práticas de governança, atuando com integridade, transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade socioambiental. [...] O apoio de instituições às iniciativas propostas é decorrente do reconhecimento às práticas de governança e *accountability* adotadas, que conferem segurança operacional para atuar em *compliance* em todas as esferas legais.

Em alinhamento ao nosso compromisso com a transparência, desde 1973 prestamos contas anualmente à sociedade sobre nossos investimentos para promover a educação e a igualdade de oportunidades.

A [organização] é verificada pela Auditoria Interna da [organização] e suas demonstrações financeiras também são submetidas anualmente a auditores externos independentes, além do Ministério Público. As demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes ficam disponíveis para consulta pública, o que reforça o compromisso da entidade com a transparência.

Desde o início de suas atividades, a [organização] é auditada por empresa externa e independente. Durante todo esse período, os relatórios anuais – com as demonstrações contábeis e seus respectivos relatórios, que retratam o desempenho de nossas operações para o exercício de cada ano – têm sido aprovados pela auditoria sem ressalvas.

Mensalmente, a equipe de comunicação prestou contas através do relatório de mídia – um documento com o retorno acerca das ações criadas pela comunicação e que está disponível no site da [organização] com total transparência.

A [organização] adota práticas transparentes de gestão administrativa, com a publicação de relatório de atividades e das suas demonstrações financeiras e a adoção de todos os mecanismos necessários para efetivar a prestação das contas de seus administradores à sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização, notadamente o Tribunal de Contas do Distrito Federal.

É possível notar que há menção explícita dos termos “transparência” e “prestação de contas” ao longo dos exemplos, evidenciando que são aspectos presentes nas pautas das organizações e que são objetivos que elas sempre buscam cumprir. Cabe destacar que as exigências em relação à transparência estão também presentes em leis, mas as organizações,

em seus relatórios de atividades, demonstraram se preocupar com esse aspecto a fim de serem responsáveis e cumprirem também seu papel social.

Os relatórios, de forma geral, apresentam os aspectos fundamentais do ISP, sendo suficientes para refletir acerca do seu papel no desenvolvimento local e comunitário. Entretanto, possivelmente por ainda carecer de aprofundamento teórico, nota-se que as organizações ainda não apresentam de forma detalhada e robusta o processo de escolha dos projetos sociais beneficiados, a forma de atuação desde a formulação desses projetos até sua avaliação, como a comunidade está inserida nessa dinâmica e se o interesse público é, de fato, o norteador das ações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho é descrever como as organizações investidoras associadas ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) abordam o Investimento Social Privado (ISP) em seus relatórios de atividades e como esses investimentos sociais são realizados. Para isso, esses relatórios foram coletados e analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2011) segundo as categorias analíticas criadas a priori com base na literatura de ISP, de participação social e de *accountability*.

Conclui-se que as organizações investidoras apresentam em seus relatórios os aspectos ligados ao ISP de forma incipiente, faltando informações, principalmente, relacionadas à participação social e à *accountability*. A forma de atuação é apresentada majoritariamente em relação ao seu caráter planejado, porém poucas organizações explicitaram o modo como monitoram seus investimentos sociais.

Em relação a um dos principais pontos, a finalidade do investimento ser ou não de interesse público, restam lacunas a serem preenchidas. Os relatórios afirmam que os projetos beneficiados são de interesse público, mas não apresentam, em sua maioria, como esse interesse público é determinado. Dessa forma, resta o questionamento acerca de qual interesse está sendo suprido e se as áreas beneficiadas são ou não as áreas prioritárias.

Como limitação da pesquisa, percebeu-se a falta de dados quantitativos nos relatórios que permitissem uma análise mais detalhada em termos de impactos econômicos dos investimentos realizados, além de maior detalhamento em relação aos demais aspectos desses investimentos sociais. Percebeu-se também que parece haver intenção de promover a imagem da empresa, possivelmente mais do que a intenção de fornecer informações precisas sobre o tema.

A discussão acerca das motivações do ISP torna-se interessante nesse contexto para se entender qual o fator mais relevante que motiva a sua prática, no entanto, seria mais proveitoso se isso fosse feito por meio de entrevistas com gestores, poder público e organizações da sociedade civil que estivessem diretamente ligados ao ISP. Sugere-se também para pesquisas futuras a análise de práticas de ISP de organizações que não sejam associadas ao GIFE, para que o universo da pesquisa seja mais amplo.

Outro ponto que deve fazer parte da agenda de pesquisa relacionada ao tema é o estudo dos fundos patrimoniais que, desde 2019, foram regulamentados em Lei própria. Tais fundos demonstram mais uma possibilidade de organizações privadas investirem no social, evidenciando novos arranjos institucionais que envolvem a iniciativa privada no suprimento de demandas sociais de forma conjunta com o poder público. Assim, o papel social das empresas vem sendo mais discutido e a responsabilidade social torna-se pauta, tanto na área acadêmica quanto na prática do mercado.

Ressalta-se que, a partir desses investimentos sociais realizados e da nova forma de se pensar o papel social das empresas privadas, bem como os modos que o governo encontrou de incentivar o investimento social, as organizações participam cada vez mais da dinâmica de promoção do desenvolvimento e bem-estar social das comunidades onde estão inseridas. Acredita-se, portanto, que essa inserção e ação conjunta da iniciativa privada e do poder público são uma nova forma de arranjo que é capaz de trazer melhorias para a sociedade.

ARTIGO 3 – COPRODUÇÃO DO BEM PÚBLICO POR MEIO DE PRÁTICAS DE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO (ISP)

RESUMO

O trabalho tem como objetivo compreender como o ISP é realizado pelas organizações e qual seu potencial de contribuição para a coprodução do bem público. Para isso, foram realizadas entrevistas com organizações associadas ao GIFE para entender o processo de escolha do(s) projeto(s) beneficiado(s) pelo investimento realizado e se eles estão alinhados com as demandas sociais. A análise dos dados foi realizada a partir do método de Análise de Conteúdo, a partir de cinco categorias analíticas, sendo elas a origem de recursos, a forma de atuação da organização investidora, a finalidade do investimento, a participação social, e a *accountability*. A análise dos resultados mostrou, em relação à origem de recursos, que as organizações cumprem o requisito de investirem recursos de origem privada e voluntária, apesar de ser possível estabelecer o debate em relação aos recursos advindos de leis de incentivo fiscal. Em relação à forma de atuação da organização investidora, observou-se que as ações são planejadas, monitoradas e sistemáticas, mas que a avaliação dos resultados foi considerada a parte mais complexa do processo de investimento. Analisando-se a finalidade do investimento, foi possível perceber que as organizações têm a preocupação de manterem diálogo com o setor público e visam atender ao interesse público ao pensarem seus projetos. Quanto à participação social, percebeu-se que as organizações buscam envolver a comunidade no processo do investimento, embora o engajamento seja um desafio. Além disso, aquelas que não conseguem fazer com que a comunidade participe de forma direta, recorrem a parcerias com outras organizações que o fazem. Em relação à *accountability*, notou-se que a prestação de contas e a transparência são princípios das organizações quase que em sua totalidade. Além disso, foi verificado que as organizações investidoras se empenham em observar os interesses públicos locais ao selecionarem seus projetos beneficiados, visando atender às necessidades da comunidade, ainda que de forma alinhada aos objetivos próprios da organização mantenedora. Concluiu-se que o ISP possui potencial de contribuir para a coprodução do bem público e pode ser considerado uma forma válida e eficiente de a iniciativa privada agir na esfera pública, almejando sempre o interesse público.

Palavras-chave: Investimento social privado; coprodução do bem público; associados GIFE, interesse público.

1 INTRODUÇÃO

A redemocratização brasileira, a partir da Constituição de 1988, e o agravamento de problemas sociais ao longo dos anos trouxeram atenção à necessidade de participação ativa da população nas tomadas de decisão do poder público e à importância da criação de mecanismos transparentes de governança que possibilitassem, de fato, uma gestão social eficiente.

Além disso, o setor privado se tornou promotor de importantes ações sociais e ator ativo na gestão de políticas que visem ao bem comum, principalmente por sua grande capacidade econômica de investimento e devido à regularidade de tais ações (PERRET; JUNQUEIRA;

FERREIRA, 2011). Na busca por desempenhar este importante papel na comunidade e participar ativamente da promoção do bem-estar social, investidores se uniram e fundaram o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) na década de 1990, uma importante organização sem fins lucrativos que criou e suscitou o debate acerca das práticas de Investimento Social Privado (ISP).

Além disso, o GIFE é uma das organizações que define o termo e o traz para a agenda do setor privado de forma planejada e formal, definindo sua abrangência e conceituação. Segundo Nogueira e Schommer (2009), em consonância com o descrito pelo GIFE, a definição de Investimento Social Privado (ISP), reúne três aspectos fundamentais, sendo eles a origem de recursos que deve ser privada e voluntária, diferentemente de investimentos de origem compulsória; a forma de atuação planejada, monitorada e sistemática, como definido pelo GIFE, que, diferentemente de práticas voluntaristas e caritativas tidas como ineficientes, busca resultados; e a finalidade que deve ser, exclusivamente, projetos sociais de interesse público, sem vieses de interesses privados da organização investidora.

A finalidade do Investimento Social Privado (ISP), portanto, deve ser promover ações de interesse público, porém surge o debate de quais mecanismos poderiam ser desenvolvidos e adotados para determinar que demandas seriam essas e, além disso, lidar com potenciais conflitos de interesse. Uma gestão mais social busca, portanto, substituir a forma unilateral da governança tradicional por práticas participativas, de forma que a tomada de decisão seja partilhada por diferentes atores.

Desse modo, não haveria imposição de opiniões por parte de agentes sem que houvesse acordos firmados entre eles e as partes, através de mecanismos eficientes de cidadania deliberativa e transparência (ABREU; OLIVEIRA; KRAEMER, 2019). Assim, os conflitos de interesse seriam contornados e as ações sociais implementadas seriam definidas a partir de interesses públicos de fato. Os administradores públicos passam a ter, portanto, um novo papel como facilitadores e articuladores da comunidade, organizada e participativa.

Segundo Denhardt e Denhardt (2000), a essência da coprodução do bem público está na comunidade, em que todos os cidadãos são responsáveis por identificar as necessidades sociais e propor melhorias. Além disso, Whitaker (1980) afirma que os cidadãos têm a capacidade de influenciar a prestação de serviços públicos através da participação social direta, seja na distribuição desses serviços, seja na formulação ou implementação de políticas públicas. Dessa forma, entende-se o Investimento Social Privado (ISP) como um mecanismo capaz de auxiliar no fornecimento desses serviços, de modo a associar o poder econômico do setor privado à assistência governamental em relação aos interesses públicos.

Nesse contexto, tem-se como objetivo principal deste estudo **compreender como o Investimento Social Privado (ISP) é realizado pelas organizações e qual seu potencial de contribuição para a coprodução do bem público**. Cabe ressaltar que serão analisadas as práticas de ISP desde o processo de escolha pelos projetos sociais beneficiados até a sua avaliação posterior à implementação. Além disso, o potencial de contribuição para a coprodução do bem público é entendido aqui como a busca da organização investidora em atender a demandas sociais de interesse público, de forma a contribuir com o setor público (através de recursos financeiros e da própria atuação e acompanhamento dos projetos) no suprimento dessas demandas.

Apesar de a prática de ISP no Brasil ser recente, ele é um dos países que se destaca internacionalmente em relação ao tema (FONSECA; LADEIRA; CAJAZEIRA, 2021). Assim, este estudo possui ainda mais relevância e traz como contribuição o aprofundamento dos conhecimentos acerca do papel da iniciativa privada, por meio do Investimento Social Privado (ISP), em projetos de interesse público, principalmente em um contexto de coprodução do bem público, no âmbito da administração pública.

2 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

O Investimento Social Privado (ISP), de acordo com o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), pode ser definido como o “repasso voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais, culturais e científicos de interesse público” (GIFE, 2022). Considerando-se esse conceito, é possível destacar alguns aspectos que são fundamentais, tais como o aspecto da voluntariedade da ação, da origem privada dos recursos, da atuação planejada, monitorada e sistemática, e da finalidade dos projetos sendo o interesse público.

Alinhado a isso, Nogueira e Schommer (2009, p. 3) estabeleceram três importantes aspectos do ISP:

1. a origem dos recursos: privada e voluntária (o que a diferenciaria de outros tipos de investimento, de origem compulsória, como parte dos recursos do Sistema S);
2. a forma de atuação: planejada, monitorada e sistemática (fundamentalmente, buscando resultados, em contraposição às práticas bem-intencionadas mais voluntaristas, amadoras e supostamente ineficientes da caridade tradicional);
3. a finalidade: projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público (colocando-o acima de interesses privados que a empresa ou o filantropo possam ter ao investir no social).

Schommer (2000) também define o ISP como um investimento que tem a comunidade como público-alvo e que costuma ser realizado em parceria com outras organizações, sem qualquer vinculação com exigências legais, de modo a respeitar seu caráter voluntário. Além disso, diferencia-se de ações caritativas, uma vez que a comunidade é parte das ações não apenas de forma passiva e há busca pela mensuração de resultados (CATARINA; SERVA, 2004).

No contexto socioeconômico e político brasileiro, em que o governo não consegue atender sempre de forma satisfatória a todas as demandas sociais, o ISP é de grande importância (PAGOTTO et al., 2016). Isso se deve, principalmente, ao volume de recursos que a iniciativa privada detém, sua representatividade econômica e o poder de mobilização das empresas privadas (PERRET; JUNQUEIRA, 2011).

Todavia, para que se atenda, de fato, aos preceitos do ISP e para que a ação privada na esfera pública seja benéfica socialmente, o investimento deve estar alinhado às demandas públicas. Nesse sentido, o GIFE trabalha para promover maior interação entre as organizações e os diferentes atores, colocando-os com a mesma agenda, de modo a alinhar as ações dos investidores sociais às necessidades da comunidade e às políticas públicas (MENDONÇA; SANTOS, 2020).

Outro aspecto de suma importância para a efetividade do ISP como uma ação pública é a existência da participação social. Segundo Andion *et al.* (2010), há pouca articulação entre as organizações investidoras e o público-alvo das ações, pois a comunidade se envolve pouco com o processo do investimento, sendo vista majoritariamente como beneficiária, ao invés de coprodutora dos bens públicos produzidos. No entanto, é importante ressaltar que essa discussão foi realizada em 2010 e é possível que tenha havido mudança na forma como o processo dos investimentos sociais é visto atualmente.

Ainda assim, Andion *et al.* (2010) afirmam que o ISP estimula a participação social na esfera pública, pois a comunidade se vê como parte do processo de suprimento de suas próprias demandas, como coautora do processo. No entanto, é importante haver mecanismos que reduzam a assimetria informacional e que promovam a transparência da gestão, para que a comunidade também seja capaz de avaliar os resultados do ISP e consigam ajudar na tomada de decisão.

Considerando-se esses aspectos, é possível considerá-los no escopo da *accountability*, que é importante tanto para o conceito do Investimento Social Privado quanto para a coprodução do bem público. Apesar dos debates estabelecidos por Campos (1990) e, posteriormente, por Pinho e Sacramento (2009) sobre a dificuldade de se traduzir e conceituar

o termo *accountability*, pode-se ao menos dizer que ele abrange a transparência da gestão, a qualidade da informação, a responsividade dos agentes, a prestação de contas e o controle social.

Segundo Andion (2012), a coprodução do bem público reconhece também que *accountability* não é fácil, e que não se limita à prestação de contas apenas em termos financeiros ou de resultados, mas que, mais importante do que isso, é imprescindível que haja prestação de contas em relação à sociedade, aos valores comunitários e ao interesse público. Da mesma forma, o ISP preconiza que a organização deve prestar contas aos seus *stakeholders*, devido à responsabilidade empresarial social, e a coprodução do bem público preconiza que se deve observar os princípios da *accountability* como um todo. Assim, é possível notar outro ponto de convergência desses conceitos.

De modo semelhante, Silva e Schommer (2009) indagam sobre a possibilidade de redefinição da gestão pública, sugerindo ser possível considerar as fundações comunitárias como exemplos de coprodução do bem público. Essa reflexão se assemelha ao questionamento acerca do ISP como forma de coprodução. Para ambos os casos, o sucesso da ação pública depende do envolvimento da comunidade nas tomadas de decisão, de modo a haver um comportamento cooperativo, a partir do compartilhamento de poder entre o Estado e a sociedade (ANDION *et al.*, 2010).

Segundo Denhardt e Denhardt (2000), o foco da coprodução também se encontra na comunidade, uma vez que os cidadãos são corresponsáveis por identificar as demandas sociais e propor melhorias. Considerando o ISP como uma forma de coprodução, essas melhorias seriam executadas pela iniciativa privada, podendo haver parceria com o setor público ou com outras organizações, inclusive do terceiro setor. Assim sendo, o ISP funcionaria como uma forma de associar o poder econômico do setor privado à capacidade de gestão do poder público.

Esses propósitos são de ação democrática, trazendo as políticas públicas como sendo implementadas por meio de processos colaborativos, o interesse público como o alvo da ação pública, a cidadania como princípio norteador da administração pública, e a *accountability* como necessária ao processo (ANDION, 2012). A partir dessas ideias, acredita-se que o ISP pode ser um mecanismo de promoção da coprodução do bem público, inserindo a iniciativa privada na dinâmica pública, como coprodutora e colaboradora no suprimento de demandas sociais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo geral do trabalho é compreender como o Investimento Social Privado (ISP) é realizado pelas organizações e qual seu potencial de contribuição para a coprodução do bem público. Destaca-se que potencial de contribuição está sendo considerado como a busca da organização investidora em atender a demandas sociais de interesse público, de forma a contribuir com o setor público (por meio de recursos financeiros e da própria atuação e acompanhamento dos projetos) no suprimento dessas demandas.

O procedimento técnico utilizado foi estudo de campo, portanto, foram realizadas entrevistas com representantes de organizações investidoras associadas ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) para entender o processo de escolha do(s) projeto(s) beneficiado(s) pelo investimento realizado e se eles estão alinhados com as demandas sociais. Destaca-se que foram escolhidas organizações associadas ao GIFE por se tratar de organizações que, de modo formalizado, realizam investimentos sociais.

O GIFE foi, portanto, o ponto de partida para a realização das entrevistas. Em outubro de 2022 foi enviado um e-mail para todas as organizações associadas que disponibilizam contato eletrônico em suas páginas eletrônicas e foi enviada uma mensagem nos formulários próprios dos sítios eletrônicos das organizações que possuíam espaço exclusivo destinado a isso. Nos meses de novembro e dezembro de 2022 foram realizadas novas tentativas de contato com as organizações que não responderem aos e-mails enviados. Ressalta-se que, dessa forma, foram abordadas 90 (noventa) organizações (equivalente a 55,56%) das 162 (cento e sessenta e duas) que eram associadas no período de coleta de dados.

Ao longo dos meses de dezembro de 2022 e janeiro de 2023 foram realizadas as entrevistas com aqueles que responderam de forma positiva às tentativas de contato, totalizando 15 (9,26%) organizações entrevistadas. O projeto já havia sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa e está registrado na Plataforma Brasil sob o número 5.592.808. Para manter o sigilo dos entrevistados, eles serão referenciados por números de 1 (um) a 15 (quinze) na análise dos dados, tendo sido numerados de forma aleatória.

Para a análise dos dados, foi utilizado o método de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), a partir do modelo de grade fechada, em que as categorias analíticas são definidas a priori, a partir da literatura abordada. As categorias analíticas construídas a priori se pautam nos três aspectos fundamentais do Investimento Social Privado (ISP) definidos por Nogueira e Schommer (2009) e nas características principais da coprodução do bem público, a fim de se verificar como eles se relacionam e como o ISP pode contribuir para a coprodução. Portanto, as categorias analíticas serão a *origem de recursos*, a *forma de atuação da organização*

investidora, a *finalidade do investimento*, a existência ou não da *participação social* e como ela se dá, e a *accountability*.

A origem de recursos busca verificar se de fato os recursos são de origem privada e voluntária, não podendo ser de origem compulsória; a forma de atuação da organização investidora busca entender se há a busca pelos resultados, de modo que o investimento seja realizado de forma planejada, monitorada e sistemática; a finalidade do investimento busca perceber se há vieses de interesse privado ou se o interesse público é o alvo, o que cumpriria tanto a normativa do ISP quanto a ideia de coprodução do bem público; a participação social, que busca entender se os cidadãos participam da definição de suas demandas e do processo de escolha e implementação dos projetos sociais beneficiados, assim como preconiza a coprodução; e a *accountability*, que pretende analisar a transparência e qualidade da informação prestada e a responsividade da organização investidora, bem como os mecanismos de controle social que a sociedade dispõe em relação à organização investidora e aos projetos sociais beneficiados.

O Quadro 1 mostra as categorias analíticas que foram utilizadas, suas descrições e relações com o ISP e a coprodução do bem público e os teóricos que as embasam.

Quadro 1: Categorias analíticas

Categorias analíticas	Descrição		Embasamento teórico
	ISP	Coprodução do bem público	
Origem de recursos	Privada e voluntária	Divisão com o mercado	Nogueira e Schommer (2009), Andion et al (2010)
Forma de atuação da organização investidora	Planejada, monitorada e sistemática	Monitoração do setor público, mas construção conjunta	Nogueira e Schommer (2009), Andion et al (2010)
Finalidade do investimento	Interesse público como alvo		Nogueira e Schommer (2009), Andion et al (2010), Andion (2012), Viegas (2011)
Participação social	Participação dos cidadãos na definição de suas demandas e do processo de escolha e implementação dos projetos sociais beneficiados		Nogueira e Schommer (2009), Andion et al (2010), Andion (2012)
Accountability	Transparência e qualidade da informação, prestação de contas	Transparência e qualidade da informação, prestação de contas, responsividade, controle social	Andion et al (2010), Andion (2012), Campos (1990), Pinho e Sacramento (2009)

Fonte: Elaboração própria.

As entrevistas foram semiestruturadas, observando as categorias analíticas descritas, abrangendo perguntas sobre a escolha dos projetos realizados, sua operacionalização, a relação entre a organização e o setor público na definição desses projetos e os interesses da organização ao fazer essa seleção (Apêndice A – Roteiro de Entrevista). Dessa forma, buscou-se verificar se os interesses públicos locais estão de fato sendo observados pelas organizações investidoras ou se a escolha pelos projetos sociais atendidos por essa modalidade de investimento está sendo feita de forma arbitrária sem atender às necessidades da comunidade.

Os entrevistados foram gestores de ISP das organizações e as entrevistas tiveram duração média de 1 (uma) hora, tendo sido realizadas através do Google Meet, para que fosse possível realizar a gravação. Após sua realização, elas foram transcritas de forma literal para que fossem analisadas e reproduzidas ao longo dos resultados, como parte da análise.

Buscou-se verificar também de que forma esses investimentos são realizados e se há busca pelo alinhamento entre os projetos sociais beneficiados e as necessidades locais. Assim, o objetivo dessa análise é entender se as práticas de Investimento Social Privado (ISP) estão colaborando com a promoção do bem-estar social e, conseqüentemente, com a consolidação de um ambiente coprodutivo.

Essas categorias analíticas serão analisadas, juntamente com os resultados da pesquisa, na seção seguinte.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Análise geral das organizações entrevistadas

Como descrito nos procedimentos metodológicos, as entrevistas foram realizadas com 15 (quinze) organizações associadas ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), que é a principal associação e referência no tema do ISP no país. Dessas, 2 (13,33%) estavam classificadas como empresa, 2 (13,33%) como Fundação ou Instituto Independente, 5 (33,33%) como Fundação ou Instituto Familiar, 4 (26,67%) como Fundação ou Instituto Empresarial, e 2 (13,33%) organizações não possuíam o perfil especificado no sítio eletrônico do GIFE.

Em relação aos estados de atuação e à área de abrangência do investimento realizado, 8 (53,33%) organizações entrevistadas afirmam atuar em São Paulo, estado com maior representatividade de investimentos sociais. Em segundo lugar, tem-se o Rio de Janeiro, cujos investimentos sociais são realizados por 4 (26,67%) organizações. Com atuação em demais estados, tem-se 4 (26,67%) organizações – a fim de não identificar as organizações

entrevistadas, os demais estados de atuação não serão mencionados. Ressalta-se que algumas organizações atuam em mais de um estado.

Além disso, no sítio eletrônico do GIFE, 1 (6,67%) organização entrevistada não explicita o(s) estado(s) de atuação. Outro ponto que deve ser destacado é que essa proporção acompanha os dados gerais de associados GIFE, em que, analisando-se a totalidade das organizações investidoras, São Paulo também é o estado com o maior número de investimentos sociais, seguido pelo Rio de Janeiro e, em quantidade significativamente reduzida, os demais estados do país.

Quanto à área de atuação das organizações investidoras entrevistadas e aos tipos de projetos fomentados, entrevistou-se organizações que atuam em projetos de educação, formação de jovens para o trabalho e/ou para a cidadania, meio ambiente e cultura e artes, desenvolvimento comunitário/de base, apoio à gestão de organizações da sociedade civil, geração de trabalho e renda, saúde e defesa de direitos, esporte e recreação, assistência social, comunicação e outras áreas. Ressalta-se que 1 (6,67%) organização entrevistada não especifica a área de atuação no GIFE.

Ao analisar-se a disponibilização do Relatório de Atividades, constata-se que, das 15 organizações entrevistadas, 3 (20%) não disponibilizam em seus sítios eletrônicos esse documento. No entanto, nem todas as naturezas de organização são obrigadas a disponibilizarem esse tipo de relatório. Quanto aos valores investidos, segundo informações do Censo GIFE de 2020, as organizações investem montantes variados de recursos, sendo que, em 2020, 39% investiram até R\$ 6 milhões, e 20% investiram mais de R\$ 20 milhões (GIFE, 2021).

4.2 Coprodução do bem público e o Investimento Social Privado

Para compreender como se dá o processo de investimento social das organizações investidoras, se os princípios norteadores do Investimento Social Privado (ISP) são observados e se o ISP é capaz de ser considerado uma forma de coprodução do bem público, buscou-se nas entrevistas com as organizações associadas ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) analisar as seguintes categorias: origem de recursos, a forma de atuação da organização investidora, a finalidade do investimento, a existência ou não da participação social e como ela se dá, e a *accountability*.

Analisando-se a **origem de recursos**, é possível perceber que as organizações utilizam de recursos privados e voluntários para seus investimentos sociais, assim como definido pelo GIFE (2022) e discutido por Nogueira e Schommer (2009) como sendo princípios do ISP.

Exemplificando isso, nota-se que algumas organizações foram fundadas por indivíduos ou famílias e, em uma parcela significativa, ainda são mantidos por eles, como o exemplo a seguir:

[A organização] foi fundada por uma família, e essa família que sustentava [a organização], mas hoje é uma das maiores financiadoras, não a única, porque começamos a pensar mais na sustentabilidade da [organização], a longo prazo, primeiro para explicar para as pessoas o que nós fazemos, em relação às políticas públicas, olhar para o que fazemos e vendermos isso melhor, além de ver o que podemos fazer de diferente para atrair mais e captar mais recursos. (E3)

No exemplo dado, nota-se também a preocupação com a sustentabilidade da organização e, por conseguinte, do investimento social realizado. Para isso, tende-se a buscar mais origens de recursos que não apenas o de um único indivíduo ou de uma única família. Para contornar isso, algumas organizações trabalham por meio de fundos patrimoniais, que possuem legislação própria, mas que são capazes de garantir a sustentabilidade da organização no longo prazo.

Por meio dos fundos patrimoniais, o capital investido inicialmente é preservado, enquanto os rendimentos financeiros são usados para a manutenção da organização e para os investimentos realizados. Essa forma de atuação permite também um melhor planejamento financeiro, pois não há dependência de outras fontes de recursos para que os investimentos ocorram. Um exemplo desse uso pode ser observado a seguir:

A origem dos recursos é de um fundo patrimonial, gerenciado por essa estrutura de governança, havendo um conselho de curadores, um comitê de investimentos e um conselho fiscal. E há regras que fazem com que uma parcela do fundo seja revertida para financiar parte das ações. Mais de 90% são provenientes desse fundo patrimonial, mas também há cofinanciadores, parceiros brasileiros ou não, olhando para programas específicos ou não. (E11)

Outra forma de origem de recurso usada pelas organizações é ter uma empresa mantenedora associada ao instituto ou à fundação, geralmente a empresa que deu origem a essa organização. Várias organizações associadas ao GIFE são, na verdade, braços sociais de empresas consolidadas no mercado, de forma a existirem para gerenciarem seus investimentos sociais. Assim, elas funcionam como acionistas desses institutos, assim como mostra o exemplo a seguir:

Antes a empresa repassava o recurso financeiro para a gente realizar os investimentos sociais, mas depois ela passou a ser acionista, recebendo dividendos que são investidos nos projetos. Quem adquire os produtos da [organização mantenedora] auxilia a gente. (E6)

Ademais, há organizações que trabalham em parceria com outras organizações, criando uma espécie de rede de atuação filantrópica. Possuem organizações associadas que aportam recursos, como forma de ISP, para que a primeira organização realize os investimentos, também como forma de ISP. Ambas as organizações acompanham o processo, mas delimitam sua atuação, inclusive para garantir que aquelas com maior conhecimento prático na área tenham os recursos necessários para suas ações sociais. Essa forma de captação de recursos pode ser observada no exemplo a seguir:

Os associados pagam uma cota mensal com um valor que mantém [a organização] e esse valor mantém a equipe e um orçamento mínimo para todos os programas em que operamos. Daí compomos esse orçamento com outros parceiros, captando por projetos com parceiros diferentes. Complementamos o investimento próprio dos associados da [nossa organização] com outros investidores. (E13)

Apesar dessas diferentes origens de recursos serem indiscutivelmente privadas e voluntárias, assim como preconiza a definição do ISP, há organizações que atuam por meio de leis de incentivo fiscal, em que surgem debates. Ainda é muito discutido no âmbito do GIFE se os recursos advindos de incentivo fiscal são recursos públicos ou privados, uma vez que o direito de recebimento é do governo, que, por sua vez, repassa à iniciativa privada o poder de escolher sua destinação pública.

Assim sendo, o recurso já não pertenceria mais ao setor privado, que apenas goza do direito de aplicá-lo na comunidade como desejar, dentro dos limites estipulados pelas leis de incentivo específicas. Dessa forma, o recurso seria considerado público, o que não enquadraria o investimento como ISP. No entanto, a ação do investimento ainda poderia ser considerada uma forma de coprodução do bem público, uma vez que o próprio poder público dá à iniciativa privada a chance de coproduzir, inclusive incentivando-a a fazê-lo. Um exemplo desse debate pode ser observado a seguir:

É uma grande questão, pois tem alguns investidores que trabalham basicamente com incentivo fiscal, que há a discussão se são recursos públicos ou privados. Há o entendimento pela equipe do GIFE que não é exatamente ISP, mas é admitido desde que não seja exclusivamente incentivo. Há casos que são taxativos, como execução de TAC [Termo de Ajustamento de Conduta], que é pagamento de multa, então não é ISP, inclusive [as organizações que o fazem] estão em processo de conformação. Há um limbo jurídico sobre a questão de ser ou não ISP quando há atuação por meio de leis de incentivo, mas desde que haja uma proporção razoável de ISP privado mesmo daí o GIFE também entende como investidor social privado. Até porque o incentivo fiscal é como um mecanismo fiscal de contribuição privada para o bem público, né. (E9)

Na fala do entrevistado anterior, é possível perceber que o GIFE, que cria e fomenta os debates acerca do ISP, não tem uma postura taxativa quanto ao uso de recursos advindos de incentivos fiscais serem considerados ISP ou não. Abordando, até mesmo, que o incentivo fiscal seria uma forma de a iniciativa privada coproduzir o bem público em parceria com o setor público. Desconsiderando alguns recursos essencialmente públicos, como é o caso de execução de títulos extrajudiciais, o entrevistado afirma que o GIFE aceita a prática de ISP a partir de incentivos fiscais, desde que essa não seja a única fonte de recursos da organização investidora.

Quanto à **forma de atuação** das organizações investidoras, definida pelo GIFE (2022) como sendo planejada, monitorada e sistemática para que se encaixe no conceito de ISP, é possível perceber que as organizações assim o fazem de forma geral. Há busca pelo planejamento, sendo definido por meio de reuniões periódicas, definições de estratégias, estabelecimento de planos de ação, discussões acerca da captação de recursos, definição ou escolha de projetos, sua execução ou acompanhamento e, ainda, a avaliação das ações.

Logo, percebe-se que os princípios norteadores do ISP definidos por Nogueira e Schommer (2009) são observados no tocante à forma de atuação. A ação das organizações é planejada e monitorada, de modo a se orientar para resultados, diferentemente de práticas de investimento tidas como ineficientes ou apenas caritativas. Alguns exemplos dessas formas de atuação podem ser observados a seguir:

Tendo a causa, vem sendo feitas discussões para ver quais as prioridades dentro dela [...]. Dentro disso, no planejamento foi visto essas grandes visões e entendeu-se os principais atores nessa dinâmica (executivo federal, estadual e municipal, família, imprensa e comunicadores, financiadores, universidades e outras instituições do setor). Depois, fomos estabelecendo objetivos para cada *stakeholder* e cada eixo estratégico e, a partir disso, pensamos nas ações que precisávamos ter, mapeando as informações e desdobrando em planos de ações, seja por doações, programas ou projetos, porque aí já tínhamos uma ideia do resultado que desejávamos atingir, já tendo uma prioridade para nortear as ações. As decisões da área de investimento estão muito ligadas aos resultados esperados para curto e longo prazo. (E11)

Sim [realizamos planejamento das ações], começamos esse tipo de conversa em setembro, para junto ao financeiro termos uma prévia do lucro da empresa e o quanto de incentivo fiscal que terá. Também começamos a receber os projetos e fazemos o filtro para ver as organizações que cumprem os critérios, depois fazemos reuniões com as que estão alinhadas, além de reuniões com os projetos anteriores. Também é feito reunião para ver os valores de investimentos diretos. (E10)

A cada cinco anos tem um planejamento estratégico e a gente revisa e revisita a teoria de mudança d[a organização], com os resultados esperados, mas a cada ano é feita uma revisão, mas grandes mudanças são feitas a cada cinco anos, com os eixos de trabalho, modo de operação, resultados esperados, programas etc. Colocamos os programas a serviço dessa trilha de mudança, atrelado aos indicadores, e com os monitoramentos por programa. (E13)

Os exemplos anteriores mostram como as organizações possuem formas diferentes de se planejar, sem, no entanto, deixarem de fazê-lo. Além disso, o segundo exemplo mostra o planejamento de uma organização que é voltada a apoiar projetos de outras organizações, sem trabalharem com a parte de execução. Ainda assim, existe um processo de planejamento para a seleção dos projetos que serão apoiados e é feito o acompanhamento dos que estão em andamento.

Quando questionadas sobre serem atuações sistemáticas, as organizações entrevistadas, em sua totalidade, responderam afirmativamente. Tanto organizações que trabalham com apoio a projetos externos quanto as organizações que os executam mantêm uma agenda de ISP continuamente. Ainda que haja algum projeto ou programa pontual com duração limitada, há outros a serem construídos e executados. Assim, sempre existe alguma ação social em andamento, inclusive pelo fato de todas as organizações entrevistadas existirem quase que exclusivamente para a realização de investimentos sociais.

No entanto, em relação ao monitoramento dos investimentos, nem todas as organizações participam de todas as etapas do processo, principalmente aquelas que não executam os projetos, mas os apoiam com recursos financeiros. Ainda assim, possuem métodos rigorosos de seleção dos projetos e das organizações que serão apoiadas, a fim de evitar problemas nas demais etapas, intervindo apenas quando há crise. Um exemplo dessa forma de atuação pode ser observado a seguir:

No geral, não [tem participação da organização em todas as etapas do processo de investimento]. Tem processo de avaliação de proposta. Tem um lugar no nosso site que qualquer um pode mandar uma proposta com uma carta de intenção, democratizando o acesso aos recursos. Mas a maior parte a gente é que busca ou então já chegam diretamente pedindo apoio pra gente. Depois é feito o trabalho intenso de avaliar essas propostas e, nesse processo, a gente conversa com as organizações, mas o desejo e a intenção e a estratégia estão sempre na organização. Mas a maior intervenção é no processo de avaliação das propostas e no acompanhamento de forma leve dos projetos mesmo. A gente atua mais quando tem crise. (E8)

Nota-se, com os exemplos apontados anteriormente em relação à forma de atuação, que as organizações se preocupam com o planejamento e monitoramento dos projetos beneficiados, preocupando-se também com os resultados gerados. Entretanto, há grande dificuldade por parte das organizações entrevistadas em mensurar e avaliar os resultados gerados.

Os entrevistados afirmam que uma das maiores dificuldades para se avaliar os resultados é a definição de indicadores para isso. Por serem projetos sociais distintos, com metodologias e abrangência diferentes, torna-se complexo definir as formas de avaliação. Algumas

organizações afirmaram usar o número de pessoas beneficiadas como indicador, outras utilizam número de projetos apoiados ou executados, outras ainda fazem uso de indicadores específicos a depender de suas áreas de atuação. Apesar disso, as falas dos entrevistados convergem quando abordada essa etapa do processo de investimento, como exemplificam as falas a seguir:

Sim [planejamos as ações], mas temos um *gap* na parte de acompanhamento dos projetos. Eram apenas [x] pessoas na [organização], então não tinha como acompanhar os projetos. Hoje tem mais gente e a posição de gestão social está aberta, então agora já vai bem em todas as etapas, menos no monitoramento mesmo. Mas temos o objetivo de avaliar as externalidades no próximo ano e melhorar essa análise, definir os indicadores, mas temos dificuldade de saber quais indicadores específicos são importantes para cada projeto também. (E4)

[A avaliação] é o calcanhar de Aquiles de todas as associações, né. Buscamos entender o que conquistamos, quais foram os desafios etc. Foi pensado no começo que não era a ideia ficar enlouquecendo com os indicadores, porque o que importa mesmo é se as [organizações associadas] estão conseguindo trabalhar ou não, mas a gente pede relatórios e pedimos para ter os resultados das ações, mas ainda não é o suficiente. Ainda faltam muitas informações quanto aos resultados. Esse ano vamos aprofundar na leitura de impacto do trabalho. Muitas organizações gastam muito para monitorar e avaliar, mas a gente não. (E8)

Um ponto importante abordado no último trecho é a questão de se gastar muito com monitoramento e, principalmente, avaliação. Muitas organizações demonstraram preocupação em como avaliar os investimentos sociais e algumas delas afirmaram utilizar boa parte dos recursos para isso, sem serem capazes de analisar os resultados de modo a melhorar as ações. Primeiramente, é importante entender o porquê de se avaliar resultados, para que não seja gasto mais recurso com a avaliação do que com a causa defendida, ou seja, os próprios projetos sociais. Essa preocupação é explicitada nos trechos a seguir:

Existe, historicamente, quase que uma obsessão pela agenda de avaliação também. Tem acontecido uma mudança gradual, orientando-se as avaliações menos para resultados e mais para os processos de aprendizado. Não sendo só relatório de atividades, que ignora uma série de processos de aprendizagem, o que permite ver uma série de inovações. (E9)

A nossa diretoria se reúne com as lideranças para discutir o planejamento. Depois submetemos para uma avaliação orçamentária e aí existe uma meta de eficiência para potencializar o investimento, tendo mais investimento no projeto do que na parte administrativa, pro máximo de recurso ir pra causa mesmo. Daí submetemos uma sugestão pro conselho bimestralmente e discutimos, retomamos e refinamos e depois fazemos a proposta de plano de ação com as lideranças, envolvendo a equipe inteira. Só projetos acima de determinado valor que vão pro conselho, mas abaixo de certo valor a diretoria mesmo tem autonomia para decidir. (E11)

Aspecto de avaliação que é uma cultura que precisa ser implementada, não só o porquê, mas o para quê, porque também é uma ferramenta de transformação social.

Cultura e valorização da avaliação, que é um tema que precisa de maior clareza, pois as organizações têm diferentes necessidades e a avaliação pode ser uma ferramenta muito importante, não só para pegar mais financiamento. Há uma ânsia da avaliação, querendo ver o impacto rapidamente, mas às vezes é de longo prazo. Cada vez mais temos visto uma tendência de um investimento baseado em confiança, recebendo o dinheiro e não precisando ficar no processo de prestação de contas. Receber dinheiro também gera ônus, prestar contas, colocar gente para gerenciar... tem que ter clareza do para quê usar essa informação, para não gastar dinheiro à toa avaliando os resultados e depois não usando, né. (E14)

Com as falas anteriores, torna-se possível perceber que a busca por uma avaliação eficiente e útil vem sendo discutida pelas organizações, que começam a entender que é necessário fazer uso dos resultados gerados, a fim de justificar sua avaliação e garantir maior aprendizagem com o processo. Além disso, a construção conjunta no planejamento dos projetos, o monitoramento conjunto dos diferentes atores e o olhar para os resultados gerados para a comunidade fazem a prática do ISP se enquadrar no conceito de coprodução do bem público como descrito por Andion (2012), integrando os atores na construção dos serviços públicos e focando na comunidade como colaboradora e alvo das ações.

Analisando-se a **finalidade do investimento**, é possível perceber que há preocupação das organizações em apoiar ou executar projetos que atendam a demandas sociais, inclusive o objetivo dessas organizações, ao optarem pela realização do ISP, costuma ser de causar algum impacto social positivo, assim como Schommer (2000) preconiza. Quanto à forma de se verificar as demandas sociais, as organizações entrevistadas responderam de forma diferenciada, pois cada uma possui um modo de escolha dos projetos sociais que serão beneficiados, conforme exemplos a seguir:

Fizemos um edital para receber projetos e divulgamos e recebemos propostas de projetos. Daí analisamos para entender as iniciativas prioritárias e depois realizamos visitas presenciais para verificar qual seria a melhor opção, para, então, decidirmos qual proposta receberia nosso investimento. (E6)

Escolhemos os projetos informados por evidências, com base nos estudos que demonstram quais as práticas mais eficazes no campo. Isso é uma forma de filtrar as organizações investidas. Quando vamos escolher uma iniciativa, verificamos se as organizações e os projetos cumprem todas as premissas, sendo esse o principal direcionador. Além disso, olhamos a liderança, a equipe, a consistência do projeto, o impacto, a regularidade jurídica e organizações que já sejam apoiadas por outros investidores, porque sempre buscamos organizações que já recebam investimentos, aí somos co-financiadores. (E12)

As organizações acima são exemplos de organizações que investem em projetos, realizando seu ISP de forma a fornecer recursos, mais do que de executá-los. No entanto, não deixam de ter uma ação condizente com o enquadramento dessa modalidade de investimento,

pois planejam e monitoram esses investimentos realizados. Essas declarações destacadas evidenciam a ação planejada dessas organizações e, quanto à finalidade do investimento, mostram a preocupação que há em escolher projetos que causem impacto social e que estejam bem formulados, de modo a serem executados de forma eficiente.

Quanto ao diálogo estabelecido com o setor público para se verificar as demandas prioritárias antes de se investir, é possível perceber que algumas organizações entrevistadas têm essa preocupação, enquanto outras, apesar de terem isso como meta, ainda não têm esse contato direto com o governo. No entanto, a transformação é evidente, uma vez que a tendência tem sido de os investidores sociais, que antes apresentavam soluções prontas para os governantes ao trabalharem com políticas públicas, agora tentam agir como cocriadores, pensando e formulando soluções em parceria com os agentes públicos, da mesma forma que debateram Mendonça e Santos (2020). Exemplos de ambas as situações podem ser vistos a seguir:

[A organização] busca a solução conjunta com os entes públicos, fazendo os atores interagirem. Apoiamos especificamente onde o setor público não consegue resolver. Coisas para as quais não existiam políticas públicas, por exemplo, a capacitação. Conseguimos agora monitorar os casos e entramos em espaços que o setor público não resolve sozinho. Mas tudo sempre feito junto, para que a mudança de gestão também não acabe com o serviço e com a sustentabilidade dos nossos projetos. (E3)

Começamos esse ano [a ter diálogo com o setor público], mas ainda não é um trabalho bem feito. Ainda não temos muita conexão com os planos diretores das cidades. Existe mais esse diálogo para mitigar problemas [...]. Mas sempre alinhamos com o Ministério Público e tal para resolver esses problemas, além de falar com atores para parceria público-privada. Mas ainda é algo que é incipiente, preliminar mesmo. (E4)

As articulações a nível governamental tem sido de levar esse tema de forma abrangente. Em 2015, nós fizemos uma grande escuta definindo os temas, com uma consulta aberta em que ouvimos e entrevistamos e falamos com muita gente, por mais de 6 meses. Foram mais de 150 pessoas. Isso tudo para podermos construir um documento representativo do setor. Até então o governo não tinha agenda disso e o nosso trabalho foi induzir isso. Em outros países o governo faz a chamada para demandas sociais, mas aqui no Brasil os institutos que fazem essa busca e aí a gente bate na porta do governo para mostrar um tema que tem potencial para a agenda governamental para co-construir com o governo. Mas as grandes mudanças de governo também atrapalham. Mas tem um grupo da sociedade civil ativo nesse tema, que independe do governo. (E13)

Apesar de nem todas as organizações terem esse diálogo com o setor público, algumas delas contornam essa situação com o contato mediado por outras organizações que possuem esse vínculo mais próximo. Assim, algumas delas mantêm contato mais direto com a sociedade civil, como uma organização de base, enquanto outras mantêm contato mais direto com o governo. Um exemplo pode ser observado na fala a seguir:

Não temos um contato direto com o setor público nas áreas de atuação, mas as organizações que nós apoiamos têm. Temos mais contato com os conselhos da sociedade civil e com pessoas que sempre ocupam cargos políticos ou com carreira política. (E8)

Desse modo, assim como discutem Andion *et al.* (2010) e Pagotto *et al.* (2016), a rede é fortalecida e os diversos setores – setor público, setor privado e comunidade – interagem e coproduzem o bem público. Essa interação pode ser um exemplo do ISP como forma de coprodução do bem público, pois é possível ver a ação conjunta desses setores para o suprimento de demandas sociais, desde o processo de entendimento das necessidades da comunidade, culminando na formulação dos projetos públicos e, por sua vez, dos bens públicos que serão produzidos.

Em relação à **participação social**, assim como afirmam Andion *et al.* (2010), é possível perceber que a comunidade participa mais de forma passiva na dinâmica do ISP do que como coautora das políticas. Por mais que algumas organizações busquem essa participação de forma mais efetiva, ela é exercida de modo limitado, com pouca participação em termos numéricos e de forma superficial. De modo geral, a comunidade é apenas beneficiária dos projetos sociais apoiados ou implementados pelas organizações, sem participarem de sua formulação, implementação ou da própria definição de demanda.

No entanto, cabe ressaltar que a iniciativa privada muitas vezes carece de ferramentas de participação social pela sua própria natureza, diferentemente do setor público, que é capaz de fazer essa intermediação entre a comunidade e o setor privado. Além disso, cabe ressaltar que as organizações investidoras são, muitas vezes, representativas da comunidade, apesar de serem privadas, uma vez que reúnem em seus conselhos membros da comunidade e que costumam contar com diferentes representantes na construção dos projetos beneficiados. Uma representação desse fato pode ser observada na fala a seguir:

[...] o Investimento Social Privado pode se fazer de várias formas. Então, se você olha para o mecanismo como um conselho, é, conselho que gere um fundo, [...] ali é basicamente uma instância de controle social, né. Então, nesse caso, por exemplo, você vê o controle social. Por outro lado, você pode também ter uma noção de que o investidor social enquanto ente privado, ele próprio também está exercendo a sua cidadania. Então existe essa forma de entender como participação cidadã, vamos dizer assim. (E9)

Entretanto, há organizações que se comprometem mais com a existência da participação desde a formulação dos projetos, podendo a busca pelas demandas prioritárias ser realizada de formas distintas. Alguns exemplos podem ser observados a seguir:

A gente gosta muito de trabalhar com grupo focal, por exemplo, para desenvolver um conteúdo que faça sentido para o público. Então a gente estabelece como uma forma de contribuição, né, desse público. [...] A gente seleciona aí um grupo e a gente trabalha a partir daí. [...] Tem pesquisa, né, é óbvio que eles participam, a gente também precisa dessas pessoas na construção do que está sendo feito para eles, entendeu? Mas acho que grupo focal, acho que isso define bem. (E1)

[Há participação social em] vários momentos. O projeto em um primeiro momento haverá um diagnóstico tridimensional de ver onde estão as famílias, do mapa de atendimento etc. A partir do diagnóstico, a construção do plano de trabalho será feita junto com as lideranças do governo do município e com as lideranças da sociedade. Esse plano envolverá essas lideranças, os conselhos... além disso, a implementação desse projeto envolverá os agentes comunitários de saúde e pressupõe também a participação das famílias, sendo por meio de entrevistas e participando das atividades que serão definidas posteriormente. (E7)

Primeira pergunta, através de contato com os moradores. Mas [a organização] percebe os problemas através da observação da comunidade do entorno. Eles passam um censo para entender a situação e endereçar os problemas da melhor forma possível. O morador é ouvido e, a partir daí, [a organização] atua. A escuta é feita via organização social para que os projetos sejam adaptados. Antigamente era falado com o líder comunitário, que aceitava qualquer projeto sugerido [pela organização] por medo de perder o recurso. Agora é através do censo, para de fato verificar o que a comunidade precisa, partindo da própria comunidade. E as necessidades vão se ajustando de acordo com a recepção dos projetos, mas o grande desafio é o engajamento, porque muitos dizem ter interesse, mas não participam quando têm a oportunidade. Quando foi implementada uma ajuda de custo, o engajamento aumentou. (E2)

Os exemplos anteriores mostraram como há busca por participação social por parte das organizações entrevistadas em alguma etapa do processo do investimento. No entanto, o último exemplo mostrou também um desafio que elas enfrentam no processo de escuta da população para a definição das demandas prioritárias, o engajamento.

A obrigação de busca por participação social deve sim partir da organização investidora, principalmente em um contexto em que se busca a coprodução do bem público, mas é preciso que a comunidade esteja interessada em participar também. Ainda que em um contexto diferente, Garay (2011) comenta sobre o engajamento da comunidade e como isso influencia no sucesso de um projeto.

Além disso, outro aspecto que merece destaque no que concerne à participação social é a existência de parcerias entre as diferentes organizações. Algumas organizações entrevistadas admitem não envolverem a comunidade de forma direta no processo do investimento social, no entanto, trabalham em parceria com outras organizações que, de forma direta, realizam esse contato. Afirmam também que a intenção é que essa participação cresça, mas que não deixa de ser um avanço o fato de já haver a escuta da comunidade em alguma parte do processo. Um exemplo disso pode ser observado a seguir:

A consulta aberta foi pública, mas é difícil chegar à sociedade civil não organizada, então foi mais com OSCIPs [Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público] mesmo, por serem informações técnicas. Representantes de empresas e do governo também. Um grande desafio é chegar na base mesmo, já ficamos felizes em chegar a organizações que trabalham com a base. Mas precisaria ter mais, eles sabem que essa escuta é uma pitada, mas já é um momento de aprendizagem. (E13)

Considerando-se a necessidade de participação social ao pensar o ISP como forma de coprodução do bem público, Andion et al. (2010) afirmam que esse tipo de investimento estimula o engajamento da comunidade na esfera pública, uma vez que a população passa a ter mais um espaço de participação. Além disso, os autores afirmam que essa prática está se expandindo, pois o volume de recursos privados destinados ao investimento social aumentou, bem como o volume de projetos sociais e as áreas de atuação. Assim, o ISP pode ser considerado um promotor da participação social e, por conseguinte, uma forma de coprodução do bem público, ao considerar-se esse aspecto.

Analisando-se a *accountability*, é possível perceber que as organizações possuem grande preocupação com a prestação de contas e a transparência. No entanto, essa busca é considerada suprida de forma satisfatória por elas com a divulgação de algumas informações. As organizações tendem a utilizar o relatório de atividades, as mídias sociais e seus sites eletrônicos como principais (ou únicos) meios de divulgação das ações realizadas. A seguir, observa-se alguns exemplos:

Há prestação de contas no próprio site, no relatório de sustentabilidade, tudo o que teve de verba e qual a destinação. (E2)

Divulgamos por meio de mídias sociais, escrevemos artigos em jornais de grande circulação, publicamos notas sobre os projetos, publicamos dados, colocamos no *site*, criamos relatórios ou documentos de propostas. Mas dados financeiros não são divulgados, vai apenas para o conselho diretor como reporte. (E5)

Além da divulgação de dados sobre a organização e sobre os investimentos realizados, algumas delas são também sujeitas à auditoria, interna ou externa, e à prestação de contas de forma mais detalhada aos conselhos que as regem. Em alguns casos, a auditoria é realizada pela empresa mantenedora que deu origem à organização que realiza seu ISP. Em outros casos, é realizada uma auditoria externa. Em outros ainda, há auditoria interna apenas para a própria organização, a depender do seu porte e do volume de recursos envolvido. Alguns exemplos podem ser observados a seguir:

Temos redes sociais onde são divulgadas as informações e *news letters* sobre o que estamos fazendo e o relatório de atividades do ano. Tem auditoria externa por conta das questões financeiras e depois são feitos os relatórios. (E3)

O *site* tem todas as informações sobre todas as doações realizadas, os relatórios auditados, os relatórios de atividades... também possuímos presença nas redes sociais para falar do trabalho também. No painel de transparência do GIFE também tem as informações. (E8)

O conselho tem esse papel de forma mais efetiva. O Ministério Público que rege as fundações. Mas principalmente o conselho curador que é o lado da sociedade que avalia e inspeciona. (E1)

Os trechos apresentados explicitam formas diferentes de prestação de contas por parte das organizações. O segundo trecho apresenta, inclusive, o painel de transparência do GIFE como uma ferramenta de prestação de contas utilizada. Já o terceiro trecho menciona o Ministério Público (MP) como o ente fiscalizador responsável. Cabe destacar que, a depender da natureza da organização, há obrigatoriedade de divulgação e fiscalização das contas por parte do MP, como é o caso de fundos patrimoniais ou de organizações que possuem algum tipo de isenção fiscal, sujeitando-se a sanções pecuniárias caso haja descumprimento de alguma norma. Quanto a isso, observa-se os exemplos a seguir:

[Prestamos contas para o] Ministério Público. Tem fiscalização da receita federal também, por ser um fundo patrimonial com finalidade social. Temos o compromisso de investir 100% dos recursos para causas no Brasil, estabelecido em lei. (E11)

Dependendo do que fizermos, podemos perder a imunização fiscal, então devemos estar sempre atentos ao que rege o Ministério Público. A gente pode incorrer em penalidade, perdendo a isenção se não estivermos em conformidade. E como [sanção] positiva tem o reconhecimento da sociedade, por meio de prêmios e reconhecimentos. (E1)

São assumidos compromissos como metas para 2023 e não cumprindo meta há substituição dos responsáveis. Cumprindo a meta, fazendo o que foi proposto, o conselho responde de forma positiva. Há metas, inclusive de trazer parceiros, buscar sustentabilidade. Metas para cada um dos eixos de trabalho, tudo sob supervisão do conselho, em reunião bimestral com prestação de contas. Mensalmente há uma prestação de contas com informes de questões financeiras ou projetos, parcerias etc., com resumo do mês. (E7)

Os trechos apresentados também mencionam as sanções negativas incorridas caso haja descumprimento das exigências ou as sanções positivas por se fazerem cumprir as metas traçadas pelo planejamento. O conceito de sanção, segundo Pinho e Sacramento (2009) e Campos (1990), é parte do conceito de *accountability* também. No entanto, as sanções aplicadas

por não haver divulgação dos valores investidos de forma detalhada se aplicam apenas a algumas naturezas de organizações.

Organizações essencialmente privadas não são obrigadas por lei a publicizarem seus resultados financeiros, dessa forma, nem todas o fazem. Por lidarem com muitas organizações dessa natureza, o GIFE também traz para o debate se seria ou não falta de transparência não haver essa divulgação. Um exemplo desse debate pode ser observado na fala a seguir:

O ISP tem algumas balizas, sobretudo se é um instituto ou fundação, se tem a configuração prevista em lei, mas depende, porque há muita dificuldade em se saber os valores exatos investidos, porque é voluntária a demonstração desses valores, não é compulsório como em um portal da transparência, porque um ente privado não precisa publicizar suas finanças. Mas há os relatórios de atividades, os materiais mais convencionais. (E9)

A transparência também é parte do conceito de coprodução, segundo Andion (2012), e deve ser observado pelas organizações, inclusive para que elas sejam consideradas socialmente responsáveis. Ao publicizarem suas contas ou suas ações e projetos de investimentos, demonstram para a sociedade como puderam contribuir para a construção do bem público e qual o impacto do ISP.

Observando-se as categorias analisadas, que integram os princípios do ISP e da coprodução do bem público, é possível ver os vários pontos de convergências entre eles e o como o ISP pode ser uma ferramenta de coprodução, se respeitados os princípios que o norteiam. A interação entre a iniciativa privada, o poder público e a comunidade é o caminho para se coproduzir o bem público e o ISP pode ser uma forma de chegar mais próximo do seu alcance.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho é compreender como o Investimento Social Privado (ISP) é realizado pelas organizações e qual seu potencial de contribuição para a coprodução do bem público. Para isso, foram realizadas entrevistas com organizações associadas ao Grupo de Institutos, Fundações Empresas (GIFE) para entender o processo de escolha do(s) projeto(s) beneficiado(s) pelo investimento realizado e se eles estão alinhados com as demandas sociais.

Conclui-se que as organizações observam os princípios norteadores do ISP para sua realização utilizando-se, em sua maioria, de recursos privados não oriundos de leis de incentivo fiscal, no tocante à origem de recursos. Em relação à forma de atuação das organizações, foi

possível perceber que elas atuam de forma planejada, apesar de terem planejamentos diferentes. Além disso, atuam de forma sistemática e buscam monitorar os projetos e avaliar os resultados, apesar de muitas delas terem afirmado que a parte de avaliação é a mais deficitária do processo do investimento.

Em relação à finalidade do investimento, característica que mais coloca o ISP como uma forma de coprodução do bem público, é possível notar que as organizações têm como preocupação o atendimento de demandas sociais e buscam ouvir a comunidade ou o setor público ou, ao menos, outras organizações que têm contato mais direto com um deles para definirem suas ações. No entanto, ainda há baixa participação social na formulação desses projetos, ainda que as demandas sejam escutadas. A população participa, majoritariamente, como parte passiva nessa dinâmica. Todavia, as organizações demonstraram estar atentas a esse fato e em busca de melhorar no quesito de participação social no processo do investimento.

Em relação à *accountability*, percebe-se que as organizações buscam a transparência, ainda que entidades privadas não sejam obrigadas a publicizarem seus demonstrativos da mesma forma que órgãos públicos. Todas as organizações entrevistadas mantêm algum meio de divulgação dos projetos que apoiam, seja o relatório de atividades, as mídias sociais ou sítios eletrônicos. Além disso, a maioria das organizações é auditada internamente ou externamente e presta contas ao conselho responsável.

Nesse contexto, a discussão acerca do potencial de contribuição do ISP para a coprodução do bem público torna-se interessante, uma vez que os pontos em que os dois conceitos se assemelham são pontos que as organizações consideram relevantes de serem observados. Assim, é possível avaliar o ISP como uma forma de contribuição da iniciativa privada para a coprodução do bem público.

Como limitação da pesquisa, há o número de entrevistados, devido ao baixo índice de resposta das organizações abordadas. No entanto, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a participação foi suficiente para se responder ao problema proposto e para se entender melhor a realidade do ISP e o modo como as organizações realizam esse tipo de investimento, além de discutir como ele pode ser uma forma de coprodução do bem público.

Sugere-se para pesquisas futuras que mais organizações sejam entrevistadas, inclusive as organizações que não sejam associadas ao GIFE. Além disso, sugere-se que se amplie a amostra para a comunidade – beneficiários do ISP – e para o poder público, a fim de se verificar de mais formas se o ISP está alinhado às demandas sociais.

Ressalta-se que, a partir desses investimentos sociais, a comunidade passa a possuir outra fonte de recursos para satisfazer suas demandas. Ademais, ainda que o interesse público

não seja o único foco dos investidores sociais, que também buscam alinhar os investimentos com o negócio ou com os objetivos da organização investidora, esses valores investidos e os projetos beneficiados são capazes de alcançar a comunidade, local ou não, de modo a colaborar com o suprimento de suas demandas, cocriando o bem público em conjunto com o governo.

A coprodução, portanto, pode ter o ISP como uma de suas ferramentas, aliando o poder econômico da iniciativa privada à capacidade de gestão do poder público, que também possui contato mais direto com a comunidade e com seus interesses. Assim, o ISP possui potencial de contribuir para a coprodução do bem público e pode ser considerado uma forma válida e eficiente de a iniciativa privada agir na esfera pública, almejando sempre o interesse público.

CONCLUSÃO GERAL

O objetivo desta dissertação foi compreender como se dá a participação da iniciativa privada, por meio de práticas de Investimento Social Privado (ISP), na coprodução do bem público. Nesse contexto, considerou-se o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) como uma referência para o tema, pois ele que inicia o debate acerca das práticas de ISP na década de 1990 e que o trouxe para a agenda do setor privado de forma planejada e formal, definindo sua abrangência e conceituação.

Além disso, discutiu-se no trabalho o potencial de contribuição do ISP para a coprodução do bem público, considerando-se que o ISP se propõe ser uma forma de investimento da iniciativa privada em projetos sociais de interesse público. Para isso, em termos estruturais, o trabalho foi dividido em três artigos.

O primeiro artigo teve o objetivo de investigar o estudo do ISP na literatura acadêmica nacional, por meio de uma revisão bibliográfica sistemática (RBS) conforme roteiro de Conforto, Amaral e Silva (2011), o RBS *Roadmap*. A análise bibliográfica evidenciou diferenças de posicionamento em relação às potencialidades do ISP como forma de se suprir demandas sociais, estabelecendo um debate a respeito da inserção da iniciativa privada na esfera pública e a supervalorização do privado em relação ao público.

O segundo artigo teve como objetivo descrever como as organizações investidoras associadas ao GIFE abordam o ISP. Para isso, foi realizada uma pesquisa documental, que teve como dados os relatórios de atividades do ano de 2019 dos associados GIFE. Para a análise dos dados, utilizou-se o método de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), tendo sido construídas cinco categorias analíticas, sendo elas (i) a origem de recursos, (ii) a forma de atuação da organização investidora, (iii) a finalidade do investimento, (iv) a participação social, e (v) a *accountability*.

Nele, concluiu-se que as organizações investidoras apresentam em seus relatórios os aspectos ligados ao ISP de forma incipiente, faltando informações, principalmente, relacionadas à participação social e à *accountability*. A forma de atuação é apresentada majoritariamente em relação ao seu caráter planejado, porém poucas organizações explicitaram o modo como monitoram seus investimentos sociais.

Em relação a um dos principais pontos, a finalidade do investimento ser ou não de interesse público, restam lacunas a serem preenchidas. Os relatórios afirmam que os projetos beneficiados são de interesse público, mas não apresentam, em sua maioria, como esse interesse

público é determinado. Dessa forma, resta o questionamento acerca de qual interesse está sendo suprido e se as áreas beneficiadas são ou não as áreas prioritárias.

Já o terceiro artigo teve como objetivo compreender como o ISP é realizado pelas organizações e qual seu potencial de contribuição para a coprodução do bem público. Para isso, foram realizadas entrevistas com organizações associadas ao GIFE para entender o processo de escolha do(s) projeto(s) beneficiado(s) pelo investimento realizado e se eles estão alinhados com as demandas sociais. A análise dos dados foi realizada a partir do método de Análise de Conteúdo, assim como no segundo artigo, e as categorias analíticas foram as mesmas.

Dessa forma, foi verificado que as organizações investidoras se empenham em observar os interesses públicos locais ao selecionarem seus projetos beneficiados, visando atender às necessidades da comunidade, ainda que de forma alinhada aos objetivos próprios da organização mantenedora. Esse fator, no entanto, não vai necessariamente de encontro à supremacia do interesse público, apenas procura uma forma de convergência desses interesses, a fim de que tanto a comunidade quanto os interesses privados sejam atendidos, uma vez que essa última é condição necessária para a subsistência da organização.

Como limitação da pesquisa como um todo, percebeu-se a falta de dados quantitativos nos relatórios de atividades que permitissem uma análise mais detalhada em termos de impactos econômicos dos investimentos realizados, além de maior detalhamento em relação aos demais aspectos desses investimentos sociais. Percebeu-se também que parece haver intenção de promover a imagem da empresa, possivelmente mais do que a intenção de fornecer informações precisas sobre o tema.

No entanto, as entrevistas foram capazes de sanar algumas dessas questões, principalmente em relação ao empenho das organizações em elaborar, implementarem ou apoiarem projetos que promovam impacto social e sejam norteados pelo interesse público. Por sua vez, como limitação, poucas organizações responderam às tentativas de contato, fazendo com que a amostra se tornasse reduzida em relação ao número de associados abordados. Cabe ressaltar que, para uma pesquisa qualitativa, o número de entrevistados foi suficiente para se responder ao problema de pesquisa proposto.

Como agenda de pesquisa, sugere-se a análise de práticas de ISP de organizações que não sejam associadas ao GIFE, para que o universo da pesquisa seja mais amplo. Além disso, sugere-se o uso de abordagens quantitativas que busquem complementar a análise realizada. Outro ponto que deve fazer parte da agenda de pesquisa relacionada ao tema é o estudo dos fundos patrimoniais que, desde 2019, foram regulamentados em Lei própria. Tais fundos demonstram mais uma possibilidade de organizações privadas investirem no social,

evidenciando novos arranjos institucionais que envolvem a iniciativa privada no suprimento de demandas sociais de forma conjunta com o poder público.

Para aprofundamento do tema, a agenda de pesquisa também deve incluir a relação entre a participação social e o ISP, de modo a entender melhor como o ISP pode fomentar a participação social e, ainda, se essa participação torna o ISP uma ferramenta mais democrática e coprodutiva. Outra discussão que merece aprofundamento é o debate, inclusive jurídico, acerca da qualificação de recursos advindos de leis de incentivo fiscal como ISP, uma vez que esses recursos seriam destinados aos cofres públicos, o que suscita o debate de o recurso ser, por natureza, também público. No entanto, são uma forma que o próprio governo criou para que as organizações privadas fossem capazes de auxiliar no suprimento de demandas sociais, o que se encaixa no conceito de ISP. De todo modo, a discussão é necessária e o avanço da academia no estudo desse tema também o é.

Ressalta-se que, a partir desses investimentos sociais realizados e da nova forma de se pensar o papel social das empresas privadas, bem como os modos que o governo encontrou de incentivar o investimento social, as organizações participam cada vez mais da dinâmica de promoção do desenvolvimento e bem-estar social das comunidades onde estão inseridas. Acredita-se, portanto, que essa inserção e ação conjunta da iniciativa privada e do poder público são uma nova forma de arranjo que é capaz de trazer melhorias para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. C. A. de; OLIVEIRA, V. C. da S. e; KRAEMER, C. F. B. Uma Análise de Construtos Teóricos sobre Participação e Gestão Social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 48, p. 34–51, 27 ago. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2019.48.34-51>>. Acesso em: 29 set. 2020.

ALMEIDA, E.; CABRAL, E. Parceria Público- Privada: a importância das Organizações para a construção da cidadania deliberativa por meio dos Conselhos Direitos da Criança e do Adolescente. **Revista Reuna**, v. 14, n. 1, 2009.

ALVES, M. A.; NOGUEIRA, F. do A.; SCHOMMER, P. C. Profissionalização e Lógicas Institucionais: o Profissional do Investimento Social Privado no Brasil. **EnANPAD**, p. 1–16, 2013.

ANDION, C. **ATUAÇÃO DAS ONGs NAS DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL NO MEIO RURAL DE SANTA CATARINA: Os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da AGRECO**. 2007. Florianópolis, SC, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90223>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

ANDION, C. et al. Investimento Social Privado: uma forma de coprodução do bem público? **EnAPG**, p. 1–17, 2010. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enapg87.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2021.

ANDION, C. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 1, p. 01–19, 1 jan. 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5243>>. Acesso em: 28 maio. 2021.

ASID - AÇÃO SOCIAL PARA IGUALDADE DAS DIFERENÇAS. **Leis de Incentivo Fiscal**. 2022. Disponível em <<https://asidbrasil.org.br/br/leis-de-incentivo-fiscal-o-que-sao-e-como-funcionam/>>. Acesso em 20 jun. 2022.

ASSUMPTÃO, J. J.; CAMPOS, L. M. de S. Avaliação de projetos sociais em ONGs da Grande Florianópolis: um estudo sobre modelos relacionados ao foco de atuação. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 1, p. 209–242, 2011.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORGES, J. F.; MIRANDA, R.; VALADÃO JÚNIOR, V. M. O DISCURSO DAS FUNDAÇÕES CORPORATIVAS: CAMINHOS DE UMA “NOVA” FILANTROPIA? **RAE Revista de Administração de Empresas**, v. 47, n. 4, p. 101–115, 2007. Disponível em: <<https://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-47-num-4-ano-2007-nid-43547/>>. Acesso em: 21 out. 2020.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 19 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019**. 2019. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2019-2022/2019/Lei/L13800.htm>. Acesso em 20 jun. 2022.

BRUDNEY, J. L.; ENGLAND, R. E. Toward a Definition of the Coproduction Concept. **Public Administration Review**, v. 43, n. 1, p. 59, jan. 1983.

CAMPOS, A. M. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, v. 24, n. 2, p. 30–50, 12 jun. 1990.

CATARINA, J. A.; SERVA, M. Responsabilidade social: contribuições para a análise do investimento social privado. **Reuna**, v. 11, n. 3, p. 321–338, 2004. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/ra/article/view/1813>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

COELHO, M. Q.; GONÇALVES, C. A. Avaliação do Investimento Social Privado: Estudo de Caso em uma Empresa do Setor Automobilístico. **EnANPAD**, p. 1–16, 2007a.

COELHO, M. Q.; GONÇALVES, C. A. UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO PARA O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 1, n. 2, p. 22–40, 3 out. 2007b. Disponível em: <www.rgsa.com.br>. Acesso em: 17 set. 2020.

COMUNITAS. **BISC RELATÓRIO 2020**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.comunitas.org/wp-content/uploads/2021/05/BISC_2020_RelatórioFinal_DIGITAL.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2021.

CONFORTO, E. C.; AMARAL, D. C.; SILVA, S. L. Da. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. **8º Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolviemnto de Produto - CNGDP 2011**, n. 1998, p. 1–12, 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/267380020_Roteiro_para_Revisao_Bibliografica_Sistematica_Aplicacao_no_Deenvolvimento_de_Produtos_e_Gerenciamento_de_Projetos>. Acesso em: 24 maio. 2021.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DENHARDT, R. B.; DENHARDT, J. V. The new public service: Serving rather than steering. **Public Administration Review**, v. 60, n. 6, p. 549–559, 2000.

FERNANDES, V. D. C.; VASCONCELOS, A. C. van H.; VALADÃO JUNIOR, V. M. Gestão socioambiental em ONGs: um olhar a partir do desempenho empresarial e suas percepções como stakeholders de outras organizações. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 04, p. 25–46, 2014. Disponível em: <<http://www.revistaseletronicas.fmu.br/>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

FONSECA, M. do S. S.; LADEIRA, R.; CAJAZEIRA, J. E. R. Será o Investimento Social Privado uma Oportunidade para o Desenvolvimento de Territórios? **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 10, n. 1, p. 145–159, 2021. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/61924/sera-o-investimento-social-privado-uma-oportunidade-para-o-desenvolvimento-de-territorios->>. Acesso em: 21 jun. 2021.

GARAY, A. As representações sociais de jovens participantes de projeto social de inserção no mercado de trabalho. **Revista de Gestão**, v. 18, n. 1, p. 93–109, 1 jan. 2011.

GENTIL, D.; FERREIRA, G. T. C. Como as empresas integrantes da Carteira ISE avaliam o retorno do investimento social privado. **Revista Organizações em Contexto**, v. 15, n. 29, p. 97, 4 fev. 2019.

GENTIL, D.; FERREIRA, G. T. C.; RODRIGUES, I. Investimento Social Privado: A Estratégia e Gestão das Fundações e Institutos. **Revista de Administração da UFSM**, v. 12, n. 5, p. 1044–1060, 2019. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/56248/investimento-social-privado--a-estrategia-e-gestao-das-fundacoes-e-institutos>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

GIFE. **Censo GIFE 2018**. 2018. Disponível em: <<https://mosaico.gife.org.br/censo-gife>>. Acesso em: 3 jun. 2021.

GIFE. **Investimento social aposta na cooperação para transformar gestão pública**. Disponível em: <<https://gife.org.br/investimento-social-aposta-na-cooperacao-para-gerar-transformacoes-nas-praticas-da-gestao-publica/>>. Acesso em: 3 jun. 2021b.

GIFE. **Entenda o que é Investimento Social Privado no Brasil**. Disponível em: <<https://gife.org.br/investimento-social-privado/>>. Acesso em: 16 out. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HART, C. **Doing a Literature Review: Releasing the Social Science Research Imagination**. London: SAGE Publications, 1998.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Conceitos Básicos e Indicadores de Responsabilidade Social Empresarial**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <www.ethos.org.br/rej>. Acesso em: 19 out. 2020.

KISIL, M.; FABIANI, P. M. J. RETORNO SOCIAL DO INVESTIMENTO (SROI): METODOLOGIA QUE TRADUZ O IMPACTO SOCIAL PARA O INVESTIDOR. **Revista Pensamento & Realidade**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/27020>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

KRIEGER, M. G. M.; ANDION, C. Legitimidade das organizações da sociedade civil: Análise de conteúdo à luz da teoria da capacidade crítica. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 1, p. 83–110, 2014.

LEVY, Y.; ELLIS, T. J. A systems approach to conduct an effective literature review in support of information systems research. **Informing Science**, v. 9, p. 181–211, 2006.

MACKE, J.; CARRION, R. M.; DILLY, E. K. Programas sociais corporativos e capital social: proposta de qualificação. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 5, p. 836–853, out. 2010. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/rac>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

MENDONÇA, P. M. E.; SANTOS, P. S. Investimento social privado e políticas públicas de educação: interações mediadas por múltiplas lógicas institucionais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 25, n. 80, 2 jan. 2020. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/80688>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

MILANI FILHO, M. A. F. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, n. 47, p. 89–101, ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772008000200008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 16 set. 2020.

MOTTA, V. C. Investimento social privado em educação: desmonte do caráter público da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 16, n. 68, p. 323, 30 out. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644082>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

MYERS, A. O valor da diversidade racial nas empresas. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 25, n. 3, p. 483–515, 2003.

NOGUEIRA, F. D. A.; SCHOMMER, P. C. Quinze anos de investimento social privado no Brasil : Conceito e práticas em construção. **XXXIII EnANPAD**, p. 1–16, 2009. Disponível em:

<http://idis.org.br/wp-content/uploads/2009/11/ISP_15_anos.pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

PAGOTTO, L. M.; BELINKY, A.; MACEDO, F.; YAMAHAKI, C. **Entre o público e o privado** - Caminhos do alinhamento entre o investimento social privado e o negócio. São Paulo: GVces, 2016. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18401/GVces_Pagotto%3b%20Belinky%3b%20Macedo%3b%20Yamahaki.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 14 out. 2021.

PERRET, N.; JUNQUEIRA, L. Investimento Social Privado: o papel das fundações corporativas na gestão das políticas sociais. **Reuna**, v. 16, n. 2, p. 121–138, 16 maio 2011. Disponível em: <<https://revistas.una.br/reuna/article/view/396>>. Acesso em: 17 set. 2020.

PINHO, J. A. G. DE; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 6, p. 1343–1368, dez. 2009.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 4. ed. México: McGraw-Hill, 2006.

SCHOMMER, P. C. Investimento social das empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado. **Organizações & Sociedade**, v. 7, n. 19, p. 145–160, dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302000000300010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 16 set. 2020.

SILVA, A. G. da; SCHOMMER, P. C. Fundações comunitárias no Brasil: perspectivas de liderança em processos de desenvolvimento socioterritorial. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 14, n. 55, p. 163–191, 2009. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/283/fundacoes-comunitarias-no-brasil--perspectivas-de-lideranca-em-processos-de-desenvolvimento-socioterritorial>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

SOUZA, S. de et al. Responsabilidade Social E Marketing Social Na Monsanto: Análise Pelo Continuum Da Colaboração. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 8, n. 2, p. 6–20, 2018. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/1197>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

THOENIG, J.-C.; DURAN, P. L'État et la gestion publique territoriale. **Revue française de science politique**, v. 46, n. 4, p. 580–623, 1996. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1996_num_46_4_395082>. Acesso em: 3 jun. 2021.

TOMBI, W. C.; SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E. Responsabilidade social, voluntariado e comunidade: estratégias convergentes para um ambiente de co-produção do bem público. **Organizações & Sociedade**, v. 13, n. 37, p. 125–141, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302006000200007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 29 set. 2020.

WHITAKER, G. P. Coproduction: Citizen Participation in Service Delivery. **Public Administration Review**, v. 40, n. 3, p. 240, maio 1980.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. **Órgão/entidade/setor que representa/trabalha:** _____

2. **Relate sua trajetória em relação ao ISP.**

Categoria: *Origem de recursos*

1. Por meio de qual formato a empresa realiza seus investimentos sociais?
 1. possui um departamento específico
 2. criou uma fundação ou instituto com esse objetivo
 3. promove parcerias com empresas ou organizações do terceiro setor
2. Qual a origem dos recursos financeiros utilizados para os projetos sociais nos quais a empresa investe?
3. O investimento é voluntário ou por meio de alguma isenção fiscal ou algo do tipo?

Categoria: *Forma de atuação da organização investidora*

4. Como são colocados em prática esses projetos?
5. Há participação da empresa em todas as etapas do processo do investimento?
6. A atuação da empresa é planejada?
7. A atuação da empresa é monitorada, de modo a se buscar verificar quais os resultados das ações?
8. A atuação da empresa é sistemática, ou seja, sempre há ações desse tipo de investimento social?

Categoria: *Finalidade do investimento*

9. Como é feita a escolha dos projetos sociais que receberão investimentos da empresa?
10. Há diálogo com o setor público para verificar quais áreas mais precisam de investimentos ou isso é definido pela própria empresa?
11. Existe alguma busca para se verificar quais são as demandas prioritárias antes de se investir?

Categoria: *Participação social*

12. Há participação da população (cidadãos) em alguma parte do processo do investimento? (definição da demanda, formulação do projeto social, implementação do projeto, monitoração do processo, avaliação dos resultados...)

Categoria: *Accountability*

13. As informações em relação ao investimento são divulgadas pela empresa?
14. Há alguma forma de controle social dos investimentos realizados?
15. Existe algum tipo de sanção para aqueles que estão envolvidos com o processo do investimento, seja ela positiva ou negativa?